

CARINA DORIS FERREIRA DOS SANTOS

**UMA VISÃO GERAL DA FORMAÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL
NO PERÍODO DO PLANO REAL: 1994 – 2004**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia no Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Denise Maria Maia

CURITIBA

2004


TERMO DE APROVAÇÃO

CARINA DORIS FERREIRA DOS SANTOS

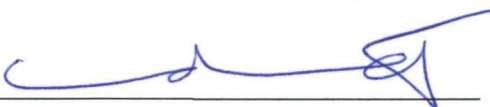
UMA VISÃO GERAL DA FORMAÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO NO BRASIL
NO PERÍODO DO PLANO REAL: 1994 – 2004

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.


Orientador:



Prof^a. Denise Maria Maia
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Ademir Clemente
Departamento de Economia, UFPR



Prof. Demian Castro
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 17 de dezembro de 2004.

“Não fiquem tristes nas despedidas; uma despedida é sempre necessária para podermos nos encontrar de novo e mais uma vez, depois de momentos ou de vidas, é certo para os que são amigos”. (Richard Bach)

Agradeço a Deus, aos meus queridos pais, a todos os amigos pelo incentivo, a todos os que souberam compreender o significado de cinco anos de faculdade e da monografia, a minha estimada orientadora Denise, pela ajuda nos momentos de dúvida, e pelo apoio em todos os momentos, Alexandro.

Dedico ao meu grande amigo, companheiro, amor,
amante e “anjo da guarda”, Alexandro.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	viii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	ix
LISTA DE TABELAS	x
RESUMO	xi
1 INTRODUÇÃO	1
2 A ESTRUTURA DE MERCADO OLIGOPOLISTA	3
2.1 O MODELO ESTRUTURA - CONDOTA – DESEMPENHO.....	3
2.2 CONCEPÇÃO DINÂMICA DO MODELO E-C-D.....	5
2.3 TEORIA DO CONLUIO DE SCHERER.....	7
3 O SPREAD BANCÁRIO E A ECONOMIA BRASILEIRA	10
3.1 DETERMINANTES E COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO.....	10
3.2 ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS BANCOS E A ESTRUTURA DE MERCADO.....	16
3.2.1 Os Bancos, o Sistema Financeiro Brasileiro e o Crédito.....	16
3.2.1.1 Os Bancos.....	16
3.2.1.2 O Sistema Financeiro Brasileiro.....	19
3.2.1.3 Explicações Sobre a Questão do Crédito Bancário e outros Fatores Explicativos do Spread Elevado.....	24
3.2.2 Estruturas de Mercado dos Bancos no Brasil.....	29
3.2.2.1 Grau de Concentração dos Bancos.....	29
3.2.2.2 Barreiras à Entrada de Novos Concorrentes.....	36
3.2.2.3 O Conluio como Poder de Mercado.....	42
3.3 MEDIDAS TOMADAS PELO BANCO CENTRAL PARA REDUÇÃO DO SPREAD.....	48
4 CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	-	COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO.....	12
GRÁFICO 2	-	PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS ATIVOS.....	39

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	- COMPARAÇÃO DE TAXAS DE SPREAD DOS PAÍSES QUE FORMAM BRIC.....	14
FIGURA 2	- COMPARAÇÃO DO SPREAD COM OUTROS PAÍSES, TAXAS E COMPOSIÇÃO.....	15
FIGURA 3	- INDICADORES DE ALAVANCAGEM E QUALIDADE DOS ATIVOS DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS (EM %)..	41
FIGURA 4	- INDICADORES DE RENTABILIDADE DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS (EM %)..	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	- TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO (%).....	12
TABELA 2	- COMPARAÇÕES DO PIB, DESEMPREGO, INFLAÇÃO, SELIC E SPREAD.....	13
TABELA 3	- SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO – COMPOSIÇÃO.....	28
TABELA 4	- NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	35
TABELA 5	- NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTADUAIS.....	36
TABELA 6	- PERFIL BANCÁRIO.....	39
TABELA 7	- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL.....	41

RESUMO

Pelo presente estudo, busca-se demonstrar a análise da determinação do *spread* bancário (medido pela diferença entre o custo de um empréstimo e a remuneração paga ao poupador) no Brasil. Esta análise dará um enfoque nos fatores microeconômicos (custos e receitas operacionais, liquidez dos bancos, alavancagem, etc.), utilizando como referencial teórico a teoria do oligopólio, exposta por Possas, e a teoria do conluio, exposta por Scherer. O *spread* é composto pelos seguintes itens: lucro do banco (35,7%), impostos diretos (21%), despesas administrativas (19,2%), inadimplência (15,8%), impostos indiretos (8,2%). Neste trabalho descreve-se o papel dos bancos, do sistema financeiro, do crédito e da estrutura de mercado, com o intuito de aprofundar a relação de oligopolização e mostrar o comportamento destes na definição das taxas de *spread*. São analisadas questões como o processo de concentração, desnacionalização e fusão. São descritas as medidas adotadas pelo Banco Central para redução do *spread*, como a criação da Central de Risco, de diversas reformas, entre outros. O estudo mostra que o *spread* no Brasil é alto porque as instituições bancárias desejam maximizações excessivas de seus lucros e pelo alto custo operacional. Isso inibe o crédito, tão essencial para o desenvolvimento econômico. O Governo precisa adotar medidas que reduzam os custos dos bancos e que realmente estas instituições repassem essas reduções para a sociedade.

1 INTRODUÇÃO

Com a implantação do plano Real em 1994 e do regime de metas para a inflação em 1999 criaram-se as condições institucionais para focalizar a política monetária em um único objetivo: o de assegurar a estabilidade de preços.

Muitas transformações importantes ocorreram na economia nestes anos e afetaram principalmente as instituições bancárias. Antes deste período, as altas taxas de inflação favoreciam o ganho das instituições bancárias. Com o Plano Real, os bancos obrigaram-se a reestruturar suas operações.

Entre o conjunto de variáveis e orientações que compõe este contexto de reestruturação, destacamos os componentes do *spread* bancário. Com a queda da inflação, o *spread* bancário teve redução, mas as taxas ainda continuam elevadas.

O *spread* bancário é medido pela diferença entre o custo de um empréstimo e a remuneração paga ao poupador, ou seja, é a diferença entre as taxas de juros básicas (de captação) e as taxas finais (custo do tomador).

Conforme apresentado por PIRES (2004), os empresários brasileiros entendem que a redução dos *spreads* bancários é necessária para estimular investimentos e estão deixando de focar sua atenção apenas na redução das taxas básicas de juros.

DE PAULA (2004) mostra que a análise da determinação do *spread* bancário no Brasil pode ser dividida em dois aspectos: fatores macroeconômicos (taxa de juros, inflação, crescimento econômico, etc.) e fatores microeconômicos (custos e receitas operacionais, liquidez dos bancos, alavancagem, etc.). Estudo econométrico realizado por economistas do Banco Central mostrou que fatores macroeconômicos têm tido papel determinante na explicação do comportamento do *spread* bancário brasileiro.

Em vista dessas considerações, o objetivo de análise delimitado neste trabalho é identificar os determinantes microeconômicos do *spread* bancário,

ressaltando a importância dos fatores macroeconômicos, no Brasil, no período pós-implantação do plano Real, com base na análise histórica da atualidade brasileira.

O Brasil tem uma das maiores taxas de *spread* do mundo (8% a.a.), maior que a da Argentina (7,48% a.a.) – a qual passa por uma convulsão econômica e social há três anos – ou 15 vezes maior do que a taxa utilizada na Alemanha (0,52% a.a.). (CARTA CAPITAL, 2002, p.40).

A finalidade deste estudo é procurar portanto avaliar sobre as razões e explicações das taxas de *spread* serem tão elevadas no Brasil, mesmo apresentando uma inflação negligenciável, se comparada a períodos anteriores ao Plano Real.

Isto incita-nos a outras questões, tais como: a existência de implicações históricas para as taxas de *spreads* serem tão elevadas; quais são os seus determinantes; qual é o comportamento dos bancos e do sistema financeiro brasileiro na determinação do *spread*; como tem evoluído o processo de concentração bancária; quais são as taxas de inadimplência do setor bancário; e finalmente, qual a participação do governo e do Banco Central do Brasil no sentido de promover a redução do *spread*?

O instrumental teórico que guia o presente estudo na parte microeconômica é a abordagem teórica sobre oligopólio, de POSSAS e SCHERER, que discute o modelo de Estrutura – Conduta – Desempenho e a Teoria do Conluio, que pretende oferecer respostas para a capacidade dos bancos em manter altas taxas de *spread*.

2 A ESTRUTURA DE MERCADO OLIGOPOLISTA

Esta seção será dividida em três itens: nos dois primeiros expõem-se a Teoria do Oligopólio descrita especialmente em POSSAS (1987) e o terceiro tratará da teoria do conluio de SCHERER (1979).

A abordagem de POSSAS apresenta a definição de oligopólio, suas estruturas e modelos, a diferenciação de produtos e as barreiras à entrada de novos concorrentes. No terceiro item a abordagem da teoria do conluio de SCHERER (1979), demonstra o mecanismo utilizado para assegurar preços e lucros monopolistas.

2.1 O MODELO ESTRUTURA – CONDUTA – DESEMPENHO

Segundo BAIN¹ (apud POSSAS, 1987), é possível encontrar no estudo das estruturas de mercado as explicações para o nível de desempenho econômico das firmas, estabelecendo algumas relações entre as variáveis econômicas relevantes na formação dessas estruturas, em especial dos oligopólios. Este autor afirma que há uma relação direta entre estrutura e desempenho.

Entre as principais características que distinguem as estruturas estão a concentração de mercado, a diversificação dos produtos, e as condições que determinam a possibilidade de entrada de concorrentes.

A concentração aparece como elemento básico da estrutura de mercado, associada à magnitude das barreiras à entrada, as quais determinam o desempenho das empresas oligopolistas e em última instância o nível de preços.

As barreiras à entrada se caracterizam pelas vantagens absolutas de custo, vantagens de diferenciação de produtos e vantagens em economias reais ou

¹ Bain, J. (1959), **Industrial Organization**, 2ª ed., Wiley, N. York, 1968, p.7

monetárias de produção, distribuição e vendas das firmas com relação às concorrentes potenciais.

Nas vantagens absolutas de custo, a firma estabelecida pode apresentar custos mais baixos do que as concorrentes potenciais. Estas vantagens são atribuídas ao controle de métodos de produção, insumos, equipamentos, tipos de qualificação do trabalho, capacidade empresarial e vantagens monetárias – preços favorecidos ou crédito mais barato e/ou acessível. Isso se deve a vários motivos:

- i) Ter acesso facilitado às informações sobre os clientes, conseguir empréstimos com maior facilidade a juros menores, reduzir custos de operações, transporte e logística;
- ii) Possuir tecnologia superior à das empresas entrantes;
- iii) Possuir uma rede de serviços e clientes, na qual a relação estabelecida no longo prazo permite melhores condições de negociação (contratos). As firmas que entrarem no mercado terão que operar com capacidade ociosa, e não terão os mesmos lucros das outras firmas estabelecidas, operando com ineficiência.

Então os fatores citados impedem a entrada de novos concorrentes.

As vantagens de diferenciação de produtos estão na preferência dos compradores por produtos das firmas estabelecidas frente aos produtos das entrantes. Isto devido a dois motivos principais: às ações de propaganda, marketing e publicidade, que tornam as características e a qualidade dos produtos e serviços conhecidos; e à fidelidade, conseguida pela boa reputação e filosofia da instituição que transparece aos clientes. Outros dois aspectos importantes são: o controle exclusivo do design do produto e dos serviços através de patentes e as vantagens das firmas estabelecidas no processo de distribuição externa dos produtos e serviços.

POSSAS (1987, p. 95), quando fala das economias, reais ou monetárias, de escala de produção, distribuição, promoção de vendas e acesso a mercados, revela que esta vantagem consiste na diminuição do custo médio, à medida em que se expande o nível de produção e distribuição. Um concorrente potencial deverá dispor de uma escala mínima de produção e distribuição para poder entrar no mercado, do contrário incorrerá em custos mais altos, inviabilizando a entrada. Com relação ao acesso a mercados, são relevantes: a facilidade de acesso ao crédito – onde aparece implícita a importância da redução de juros, baseada na estabilidade financeira e diminuição de risco – e a maior capacidade de barganha por parte das firmas estabelecidas, ou seja, operar com grandes volumes de produção e distribuição permite à firma comprar insumos por preços mais baixos, atrair mais clientes e estabelecer termos de troca com imposições de seu interesse.

Com essa descrição das barreiras à entrada, a magnitude determina o nível de concorrência do mercado, e o desempenho das empresas estabelecidas.

2.2 CONCEPÇÃO DINÂMICA DO MODELO E-C-D

Na análise aqui apresentada será utilizada a contribuição de POSSAS (1987), que sugere um sentido dinâmico ao modelo acima proposto por BAIN. Possas desenvolve sua crítica ao modelo de Bain, no qual a conduta da firma é definida pela estrutura em que ela se insere. Argumenta, então, que "... o comportamento da firma afeta o mercado, na mesma medida em que é por este afetado e em boa parte determinado" (POSSAS, 1987, p. 162), ou seja, a estrutura de mercado aparece como variável dependente das políticas de crescimento e da concorrência adotadas pelas firmas, e não determinante do seu desempenho.

O conceito de oligopólio "... deixa de ser definido, por oposição ao atomismo, pelo pequeno número de concorrentes (...) e passa a ser encarado como uma classe de estruturas de mercado caracterizada pela existência de importantes

barreiras à entrada, senão para todos os tipos (ou tamanhos) de empresas que o compõem, ao menos para as maiores ou mais progressivas" (POSSAS, 1987, p.161). Argumenta, ainda, sobre as barreiras à entrada, que:

(...) Entram não mais como um dos componentes da estrutura do mercado, ou ainda como uma das possíveis explicações da determinação de preços em oligopólio, mas como a síntese da natureza e dos determinantes da concorrência num dado mercado oligopolístico, abrangendo tanto a concorrência potencial como a interna (...) a magnitude das barreiras à entrada é a principal responsável pela determinação das margens de lucro, como reflexo das condições de concorrência, ao fixar-lhes um limite superior. Outros elementos co-determinantes destas margens são as restrições financeiras, que estabelecem um nível mínimo necessário para garantir uma expansão autofinanciada dentro dos limites de segurança financeira - liquidez, endividamento, e pagamento de dividendos - das empresas. Nem por isso se deve, contudo, desvinculá-los do processo de concorrência, como se este se desse exclusivamente ao nível das interações mais visíveis entre empresas, na disputa pela demanda do mercado - via preço, qualidade e publicidade (POSSAS, 1987, P. 161).

"A concorrência deve ser entendida, para o que interessa ao presente contexto, como um processo de defrontação dos *vários capitais* (...) deve ser pensada nesse sentido como parte integrante inseparável do *movimento global de acumulação* de capital (...) Em outros termos, trata-se do motor básico da dinâmica capitalista..." (POSSAS, 1987, p. 163).

Na concepção dinâmica de POSSAS, o mercado caracteriza-se por ser o *locus* da concorrência capitalista, sendo este conceito muito mais abrangente do que lhe é comumente atribuído. Nele,

(...) a demanda certamente não é, exceto na interpretação vulgar, o território onde os consumidores exercem sua soberania, mas uma variável sob o alcance e da ação permanente das empresas, embora sem dúvida sujeita a restrições ao nível de padrão de consumo. Se é assim, indústria e mercado podem ser unificados (...) sob o conceito mais amplo de estrutura de mercado (POSSAS, 1987, p. 165).

Na análise de POSSAS (1987), as estratégias competitivas são determinantes na definição dos padrões de concorrência. Nelas transparece de forma mais evidente a autonomia do processo decisório da empresa. "Incluem tipicamente as políticas de preços, de vendas e de expansão, cada qual com suas

especificidades as exercendo influência recíproca". (POSSAS, 1987, p. 166).

Finalmente conclui que:

O conjunto das condições anteriores, expressas particularmente no processo de expansão das empresas e do mercado, sob o impulso da acumulação interna das empresas líderes e no quadro das modalidades de expansão disponíveis, poderão dar lugar a padrões ou mesmo formas particulares de comportamento dinâmico das estruturas de mercado. Pode-se configurar um processo de concentração crescente no mercado, ou alternativamente, de extensão dos seus limites mediante diferenciação de produtos e outros programas de ampliação de demanda (crédito ao consumo, lançamento de novos produtos etc.); um passo além é a diversificação da grande empresa para mercados já existentes ou inteiramente novos; para, finalmente, atingir a internacionalização e a conglomeração financeira e produtiva como estágios mais avançados da competição capitalista, no constante ímpeto de dilatar as fronteiras de expansão e acumulação... (POSSAS, 1987, p. 168)

Segundo POSSAS (1987) as estruturas de mercado de uma economia capitalista devem atender a dois princípios básicos: 1º) relativo aos elementos técnico-produtivo e o processo competitivo, com ênfase em dois aspectos, a apropriação de lucros e o investimento em expansão da capacidade produtiva; 2º) a classificação das estruturas deve resgatar, ao mesmo tempo, os traços mais marcantes, sem envolver-se em detalhes desnecessários.

2.3 TEORIA DO CONLUIO DE SCHERER

O conluio é um mecanismo utilizado para assegurar preços e lucros monopolistas; é um instrumento de conspiração contra o público, e desta forma, é ilegal em muitos países, devido à formação de cartéis. A fixação dos preços garante o lucro, e ao público cabe a função de arcar com mesmos, os quais são elevadíssimos. A fixação do preço cria incentivos para expansão da produção além da quantidade que sustentará o preço estabelecido. Um acordo bem sucedido, mesmo por um curto período, pode produzir lucros monopolísticos tornando o processo vantajoso, e acordos restritivos que limitam as trapaças. Segundo SCHERER (1979, p. 62):

Para as firmas que procuram tirar o máximo proveito de uma estrutura oligopolista de mercado, o problema predominante é conceber e manter sistemas de comunicação que permitam coordenar o comportamento no interesse comum. Os conflitos que inevitavelmente surgem devem ser resolvidos sem que se recorra à guerra dos preços. Os ajustamentos às mudanças havidas nas condições de demanda e custo têm de ser feitos de um modo que faça aflorar o consenso unânime e minimize o risco de que as medidas adotadas no interesse do grupo sejam erroneamente interpretadas como agressão interesseira.

Outro meio de coordenar o comportamento dos negócios é a liderança de preços, que implica um conjunto de práticas ou praxes industriais, segundo as quais, as mudanças de preços do catálogo são normalmente anunciadas por uma determinada firma, aceita como líder pelas outras que segue suas iniciativas, conduzindo a preços que maximizam os lucros do grupo. Para SCHERER (1979), existem três tipos principais de liderança de preços: i) liderança de preços da firma dominante: a indústria se compõe de uma firma que controla pelo menos 50% da produção total da indústria, mais uma “periferia competitiva” de firmas, pequenas que não exercem influência nos preços, com suas decisões individuais; ii) liderança colusiva de preços: os membros da indústria reconhecem que seu interesse comum pelo comportamento cooperativo na fixação dos preços supera quaisquer vantagens do comportamento independente. O líder de preços só anunciará mudanças de preços em resposta a alterações significativas nas condições de custo e demanda reconhecido por toda a indústria; iii) liderança barométrica dos preços: o líder barométrico nem sempre é seguido, porque lhe falta o poder de compelir outros a aceitarem suas decisões de preços, ou se são seguidos, a aceitação pode ser retardada; ele apenas age como barômetro das condições de mercado, e não como instrumento de colusão, baixa o preço de tabela quando as condições do mercado estão deprimidas e eleva-os quando as condições de demanda e custo sustentam o nível mais alto.

O propósito das lideranças colusiva e barométrica é a maximização dos lucros conjuntos. O efeito destas lideranças de preços no oligopólio é conseguido

através do envio a outros membros de sinais, que indicam o caminho para o preço maximizador de lucros.

3 O SPREAD BANCÁRIO E A ECONOMIA BRASILEIRA

O problema que será estudado no presente trabalho trata da problemática do alto *spread* bancário brasileiro e suas conseqüências para a economia brasileira.

No item 3.1, serão apresentados os determinantes do *spread* bancário, discutindo sobre os componentes do *spread* e sua evolução; no item 3.2, será apresentada uma explanação teórica sobre a atuação dos bancos e do sistema financeiro brasileiro, com os antecedentes históricos do Brasil e da relação do crédito no sistema financeiro, apresentando as estruturas de mercado, a determinação do grau de concentração bancária, a influência sobre a barreira à entrada de novos concorrentes e ao poder de determinação do mercado; no item 3.3, serão apresentadas algumas medidas adotadas pelo Banco Central para a redução do *spread* bancário.

3.1 DETERMINANTES E COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO

O *spread* bancário como mencionado anteriormente é a diferença entre a taxa de empréstimo e de captação. Em outras palavras, *spread* é a diferença entre o custo de captação e o dos empréstimos bancários.

Para ASSAF NETO (2001), no Brasil, os fatores que compõem o *spread* cobrado pelos bancos são apresentados a seguir:

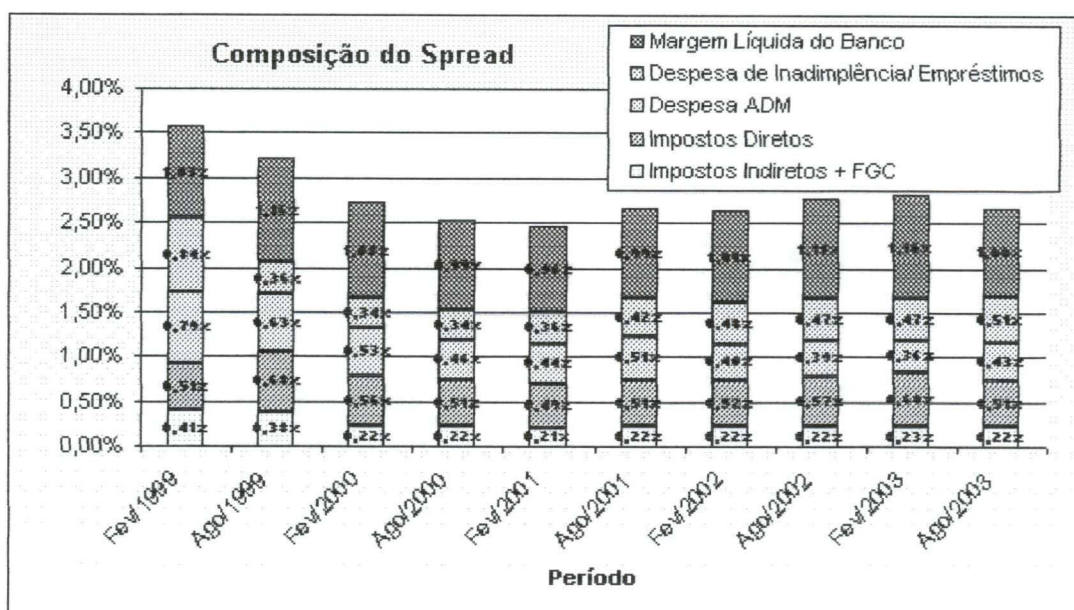
- i) Impostos indiretos e contribuições, como PIS, COFINS e IOF;
- ii) Despesas administrativas incorridas pela instituição e calculadas sobre cada unidade de crédito concedido;
- iii) Inadimplência, determinada pela relação sobre a provisão de devedores duvidosos e o volume de crédito concedido;
- iv) Imposto sobre lucros, como IR e CSLL;

- v) Lucro do banco, margem de lucro esperada pela instituição, formada essencialmente pelas condições de negócios do mercado e risco de crédito concedido.

Para o BACEN (1999), o *spread* é composto pelos itens: o lucro do banco com o empréstimo – responsável por 35,7% do *spread*, os impostos diretos IR/CSLL (21%), despesas administrativas (19,2%), inadimplência (15,8%) e impostos indiretos - inclusive CPMF (8,2%). De acordo com o BACEN (2003), o *spread* de 30,5% ao ano tem a seguinte explicação: 14% cobririam despesas administrativas, 17% a inadimplência, 29% a cunha fiscal (impostos) e 40% representariam a margem líquida, o lucro dos bancos.

PRADO (2004), revela-nos que “o *spread* no Brasil compõe-se de 32% de margem de lucro dos bancos, 28% de impostos diretos e indiretos, 16% de inadimplência e 24% de despesas administrativas, de acordo com dados da consultoria Austin Asis e do BC”.

GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO



FONTE: Banco Central do Brasil (2003)

Segundo GUIMARAES (2004), o *spread* bancário afeta a vida da empresa, o seu capital de giro, o desconto de duplicata e o financiamento direto ao consumidor; isto ocorre por causa de sua rigidez. O Brasil precisa da redução dos *spreads* bancários para conseguir voltar ao patamar de crescimento observado até o início da década de 80.

TABELA 1 – TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO (%)

PERÍODO	PIB	POPULAÇÃO	PIB PER CAPITA
Década de 60 (1961-1970)	6,17	2,89	3,19
Década de 70 (1971-1980)	8,63	2,44	6,04
Década de 80 (1981-1990)	1,57	2,21	-0,63
Década de 90 (1991-2000)	2,65	1,43	1,20

FONTE: FGV e IBGE.

NOTA: Dados do BACEN (2004).

Para GUIMARAES (2004), o entrave dos altos *spreads* bancários é levantado num momento em que os especialistas alertam para a necessidade de crescer acima de 5% ao ano para poder gerar o mínimo de vagas no mercado de trabalho, necessárias para absorver os recém-formados. Depois da década de 80, o País passou a registrar taxa de crescimento entre 2% e 3% ao ano e depende das mudanças para voltar a crescer ao patamar anterior, de 6% a 7% ao ano.

TABELA 2 - COMPARAÇÕES DO PIB, DESEMPREGO, INFLAÇÃO, SELIC E SPREAD

PERÍODO	PIB	TAXAS DE DESEMPREGO	IGP-M	SELIC OVERNIGHT	SPREAD BANCÁRIO		
					Geral	P. Jurídica	P. Física
1995	4,2	4,4	15,2	53,1			
1996	2,7	3,8	9,2	27,4			
1997	3,3	4,8	7,7	24,8			
1998	0,1	6,3	1,8	28,8			
1999	0,8	6,3	20,1	25,6			
2000	4,4	4,8	10,0	17,4	26,0	12,3	49,7
2001	1,3	5,6	10,4	17,3	28,7	13,3	51,0
2002	1,9	5,2	25,3	19,2	31,1	16,3	54,5
2003	-0,2	10,9	8,7	16,9	30,0	14,4	50,8
2004*		13,1	5,3	16,7	27,7	13,1	45,7

FONTE: IBGE/BACEN (2004), FIPE/FGV.

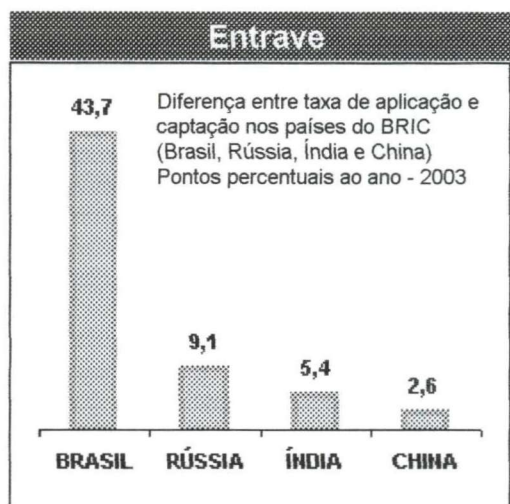
* Dados preliminares.

Continuando, GUIMARAES (2004) explica que o grupo de países emergentes denominado BRIC – acrônimo para Brasil, Rússia, Índia e China, - irá concorrer nos próximos anos pelo capital produtivo existente no mundo e com os altos *spreads*, que travam o crescimento, o Brasil já sai atrás nessa corrida. O *spread* médio cobrado nas operações de crédito no País é quatro vezes maior do que na Rússia (veja abaixo).

Conforme mencionado em GUIMARAES (2004), o *spread* no Brasil é alto porque o setor bancário é um mercado oligopolizado, em que poucos *players*

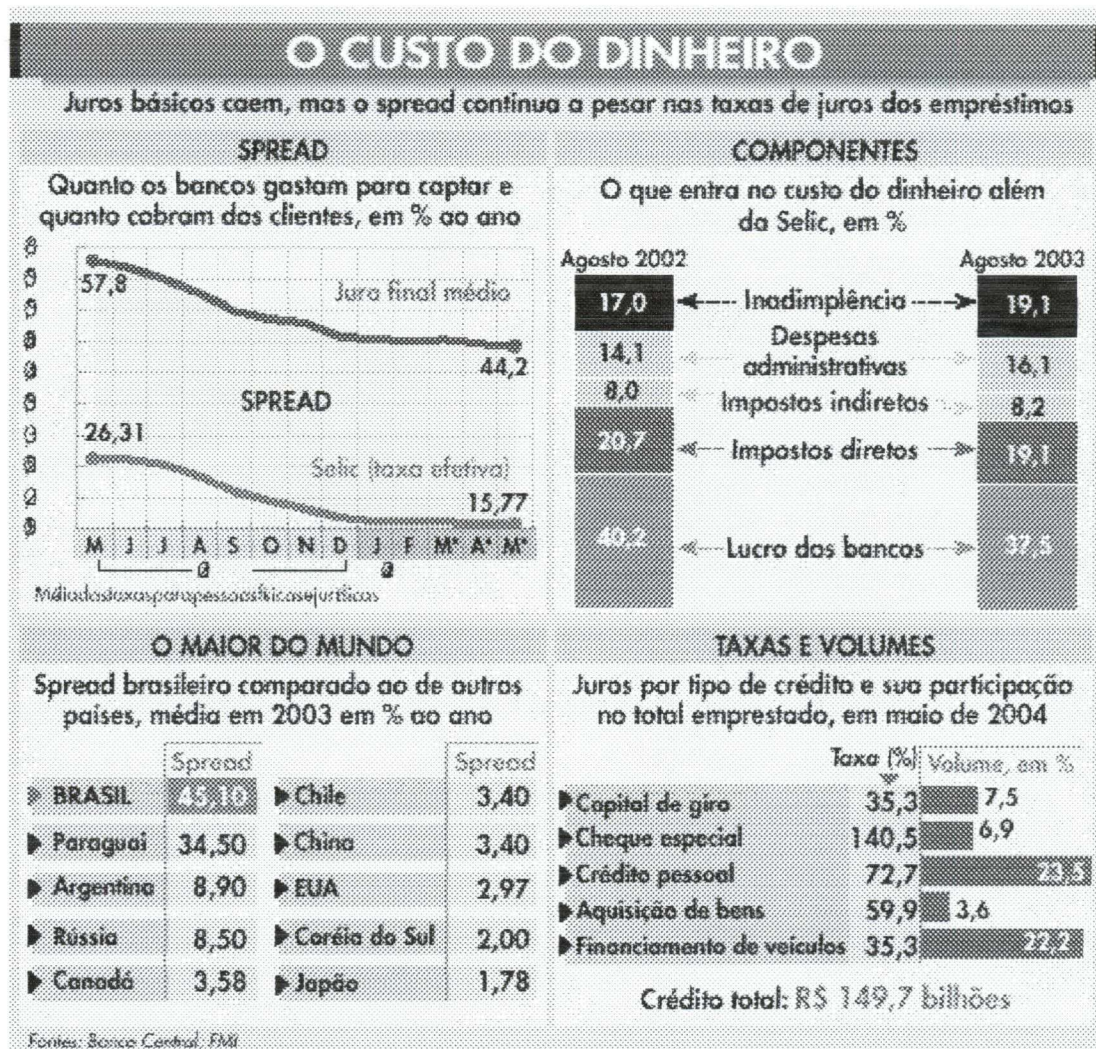
(especuladores) fazem o mercado e com isso os grandes bancos determinam a prática de *spreads* altos.

FIGURA 1 – COMPARAÇÃO DE TAXAS DE SPREAD DOS PAÍSES QUE FORMAM BRIC



FONTES: FMI e ledi

FIGURA 2 – COMPARAÇÃO DO SPREAD COM OUTROS PAÍSES, TAXAS E COMPOSIÇÃO



FONTES: FMI E IEDI. Disponível em: <www.iedi.org.br>

3.2 ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DOS BANCOS E A ESTRUTURA DE MERCADO

3.2.1 Os Bancos, o Sistema Financeiro Brasileiro e o Crédito

3.2.1.1 Os Bancos

Para analisar de forma completa a formação do *spread* bancário e indicar como a Teoria do Oligopólio se aplica no caso em que estamos trabalhando, faz-se necessária uma análise do sistema financeiro brasileiro e do comportamento dos bancos. Utilizando como base CARVALHO (2000, p. 235-278), este autor nos diz que:

... o investimento numa economia moderna é feito para dar lucro, muito mais do que para satisfazer necessidades (...) Relações financeiras são estabelecidas sempre que um agente econômico é capaz de transferir comando sobre recursos para terceiros, contra o reconhecimento de uma obrigação (e de seu recurso) por parte do beneficiário. Relação de crédito é estabelecida quando um agente exporta recursos a outro, por um prazo determinado e é remunerado por isto através do pagamento de juros CARVALHO (2000, p. 235-236).

Neste sentido, os bancos são instituições financeiras depositárias, multiplicando depósitos, emprestando recursos, assumindo riscos e cobrando taxas sobre estes riscos, que se constituem no lucro bancário.

CARVALHO & OLIVEIRA (2002, p. 73-74), destacam:

No enfoque pós-keynesiano, os bancos são analisados como empresas preocupadas com a geração de lucros e com seu crescimento, sempre envolvidas em forte concorrência entre si e com outras empresas financeiras. Para viabilizar seus objetivos de expansão e de concentração de capital, os bancos exploram as possibilidades de lucro visualizadas a cada momento, de acordo com suas expectativas sobre o futuro. Com este propósito, administram seu ativo e seu passivo para não apenas manter o equilíbrio financeiro no médio e no longo prazo, inclusive em termos de imagem pública, mas também para enfrentar a concorrência com outros bancos e empresas financeiras e para proteger-se e tirar proveito de iniciativas do Banco Central que afetem os juros e as condições de demanda de crédito e de solvência de seus clientes.

CARVALHO (2000) argumenta que os bancos são entidades muito dinâmicas, em constante mudança e que:

... o banco moderno é o resultado da confluência de dois tipos de instituições que surgiram, em larga medida, independentemente uma da outra. De um lado, havia as iniciativas voltadas à acumulação de recursos que permitissem viabilizar atividades de exploração industrial ou comercial. Tais empresas tinham como objetivo canalizar a riqueza dispersa entre a população para projetos que promettessem retornos adequados, na função clássica do intermediário financeiro. Um tipo diferente de instituição originou-se, por outro lado, das instituições depositárias de valores, que acabou voltado para o desenvolvimento dos meios de pagamento. A união destes dois tipos de instituição no banco moderno capacitou a criação de meios de pagamento sob a forma de depósitos à vista e da intermediação de recursos financeiros para tomadores finais. CARVALHO (2000, p.254)

Como visto na teoria sobre o oligopólio e que confirmamos através de CARVALHO (2000, p. 256-257), a reputação é uma qualidade muito cultivada pelos bancos; um banco sem credibilidade simplesmente não sobrevive. Por outro lado, se o público confia no sistema bancário e mantém seus saldos monetários sob a forma prioritária de depósito bancário, a natureza do sistema de pagamento desta economia se transforma. A solidez do sistema torna-se externalidade.

Diante desse fato,

... existem instituições criadas para a defesa do sistema bancário, como os bancos centrais, servindo de emprestadores de última instância, e os seguros de depósitos para cobertura de obrigações. Os bancos podem captar recursos sem ter que remunerá-los com qualquer taxa de juros, e os bancos oferecem conveniência e segurança das operações com depósitos, desde que tenham reputação e credibilidade. Para que funcione adequadamente, os bancos são fiscalizados regularmente, na tentativa de impedir a maximização dos lucros aceitando riscos excessivos para o sistema financeiro, podendo levar à quebra (corrida). Os bancos são assegurados com uma rede de segurança ampla, mas também impostos limites à sua operação, com restrições CARVALHO (p. 256-257).

Com base em CARVALHO (2000), é por essa razão que os bancos não investem naquilo que lhes dê um retorno maior, mesmo independentemente do risco e não pagando juros: impõem-se regulações e se supervisiona a atividade bancária. Na melhor das hipóteses, poderiam obter lucros excepcionais, mas se isso não

acontecesse, os depositantes nada perderiam porque existe uma rede (emprestadores e seguradoras) que sustentam as operações dos bancos.

Desta forma, bancos são o tipo genérico de instituição financeira autorizada a captar seus recursos, no todo ou em parte, através da aceitação de depósitos, e devido a isso convivem com dois tipos de riscos: de crédito (probabilidade de calote por parte dos tomadores de crédito) e de liquidez (medido pela perda esperada na venda de ativos sob pressão).

Para CARVALHO (2000, p. 278),

... lida-se com o risco de crédito através do desenvolvimento de sistemas de análise de demandas mais discriminantes e da exigência de garantias, como colaterais, que possam ser usadas para reduzir perdas em caso de fracasso do projeto sendo financiado. Já para tratar o risco de liquidez o que é necessário é o acompanhamento de índices de liquidez da instituição, como a relação entre ativos e passivos de curta duração, a proporção de investimentos que é mantida em ativos de maior liquidez (inclusive reservas secundárias), etc., além do desenvolvimento em instituições de retaguarda como o prestador de última instância.

Segundo FORTUNA (2001) as taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras pela concessão de empréstimos são compostas por elementos endógenos (custos – *funding*, operacionais, administrativos, oportunidade; margem de lucro; capitalização e disponibilidade de fundos; perfil de negócios e disposição para riscos; aspectos concorrenciais de *market share*; inadimplência), e por elementos exógenos (taxas de referência e taxas de juros praticadas pelo mercado; risco de cada cliente; características de cada operação específica; cunha fiscal).

Segundo o BACEN (1999), a explicação para os *spreads* bancários no Brasil serem tão elevados, em grande parte, é dada pela inadimplência, custo que mais onera o *spread* bancário, e também pela reduzida alavancagem de empréstimos que limita a diluição dos custos. Em termos médios, a inadimplência significou 35% do *spread* bancário no período maio-julho/1999, para este mesmo órgão.

Segundo COSTA (1999, p. 208):

O lucro bancário advém dos *spreads* entre taxas de juros passivas e ativas. Tais diferenciais de juros podem ser incrementados, para garantir margem de segurança à operação, se o tomador é avaliado como de alto risco, mesmo sem ter havido qualquer alteração no juro básico do Banco Central. (...) o grau de inadimplência do mercado é fator condicionante do nível das taxas de juros, cobradas nas operações de crédito. Se um banco possui elevada inadimplência em sua carteira de empréstimos, é provável que ele minimize as perdas, cobrando taxas de juros mais elevadas dos clientes adimplentes.

3.2.1.2 O Sistema Financeiro Brasileiro

Como mostra CARVALHO (2000, p. 311),

O sistema financeiro brasileiro é extremamente sofisticado e diferenciado, quando comparado com os de outros países em estágio igual ou mesmo superior de desenvolvimento econômico. Apesar de dominado por um pequeno número de grandes bancos de tipo universal, há um mercado de capitais bastante desenvolvido em ativa operação, onde interagem instituições bastante ágeis e competitivas.

Para entender a forma atual do sistema financeiro brasileiro, é necessário entender que sua estruturação iniciou-se em meados dos anos 1960 e foi transformado na medida em que atuou desde então, em um contexto marcado especialmente pelo regime de alta inflação.

Na década de 1960, ocorreram grandes mudanças de ordem regulatória e legislativa, e o sistema voltou a ter regras alteradas de forma profunda em 1988, mudando radicalmente a concepção financeira que se buscava para o país, como menciona CARVALHO (2000, p. 311-312),

...Entre as mudanças mais importantes contam-se a criação de um Banco Central, a introdução da indexação de contratos financeiros, o estímulo ao desenvolvimento de mercados de capitais não apenas de títulos públicos, como também de ações de empresas privadas, e a criação de fundos institucionais de investimentos administrados pelo governo federal. Com relação ao sistema financeiro privado, até então praticamente restrito à operação de bancos comerciais, instituições de poupança de companhias de financiamento, procedeu-se a uma ampla reforma institucional através da qual pretendia-se criar no país uma estrutura moldada no sistema segmentado de mercado adotado nos Estados Unidos.

Com a reestruturação bancária na década de 70, COSTA (1999, p. 284) explica que “houve o choque da teoria dos “reformistas”, que tentavam implantar

uma legislação “importada”, correspondente a um sistema financeiro sofisticado, com a prática arcaica, característica da realidade do banqueiro tradicional, que só se preocupava com a captação de depósitos à vista e empréstimos em conta corrente e/ou desconto”.

CARVALHO (2000, p. 311-312) continua,

Restrições à conglomeração financeira, que rapidamente se mostraram ineficazes, foram adotadas, definindo-se papéis específicos para cada grupo de instituição financeira, entre os quais se destacavam os bancos comerciais (para operar o sistema de depósitos e empréstimos de curto prazo), os bancos de investimentos (para promover o desenvolvimento de um mercado de capitais adaptados ao financiamento do investimento privado), as instituições de poupança e empréstimo (para o financiamento do investimento do setor habitacional), as companhias de crédito, financiamento e investimento (para crédito ao consumidor), e, finalmente, as corretoras e distribuidoras de valores (para apoiar o desenvolvimento de bolsas de valores).

CARVALHO (2000, p. 312) mostra em seu trabalho que a transformação do sistema financeiro brasileiro foi levado pela ação de duas forças:

... As lacunas legais, que permitiram que a segmentação pretendida fosse substituída pela conglomeração financeira, (...) e a aceleração da inflação que a partir dos anos 1970 levou ao desaparecimento dos segmentos voltados para a oferta de créditos de longo prazo. Também a acumulação de desequilíbrios fiscais, especialmente resultantes da intensificação do processo inflacionário, acabou tomando o governo o principal tomador de recursos do sistema, distorcendo sua operação.

Continuando o entendimento sobre a evolução do sistema bancário brasileiro, CARVALHO (2000, p. 312) explica que a “conglomeração bancária acabou sendo reconhecida de direito em 1988, quando o Banco Central autorizou a criação de bancos múltiplos, que nada mais são que uma versão local do banco universal”.

O sistema financeiro passou a ser dominado por esse tipo de banco, com a sua autorização, a partir de 1990, marcado por transformações importantes no setor financeiro. CARVALHO (2000) faz referência que, “a persistência e agravamento da alta inflação e dos desequilíbrios resultantes das transformações

levou o sistema brasileiro a virtualmente especializar-se no financiamento do Estado através da absorção de títulos da dívida pública”.

Para COSTA (1999), com relação ao ajuste das empresas não-financeiras, desajuste e reajuste das empresas financeiras nos anos 80, existiu um esgotamento do padrão de financiamento, o que impedia a continuidade do desenvolvimento. Esta crise financeira teve dois diagnósticos, o desequilíbrio de gastos do governo e a dívida externa, devido ao modelo cambial adotado.

Para COSTA (1999, p. 287), “a fragilidade financeira do setor público derivou do desequilíbrio entre os encargos financeiros que deveriam ser pagos e os seus rendimentos líquidos, seja a carga tributária líquida, seja o lucro das empresas estatais (...) O Estado brasileiro iniciou a década de 1980 como o maior devedor na economia brasileira”.

COSTA (1999, p. 313) explica que,

A causa mais geral para a crise bancária, ocorrida em vários países, está no declínio dos lucros nas operações mais tradicionais de empréstimos a empresas em busca de compensação com maior *spread* em operações de risco, que promoveu uma seqüência *boom-crash*, nos mercados de ativos. São causas gerais da crise bancária, em mercados emergentes: a volatilidade macroeconômica; os empréstimos aos controladores ou às empresas coligadas, e tomadores “fantasma”; o envolvimento político; a liberalização financeira. Especificamente, a crise bancária, no Brasil, ocorreu devido à queda das receitas inflacionárias com *float*; à elevação da exigência de reservas; à inadimplência de clientes; à concentração da carteira em poucos clientes; ao empocamento da liquidez nos grandes bancos, reduzindo o mercado interbancário”.

COSTA (1999, p. 289) continua mencionando que,

A crise econômica da primeira metade dos anos 80 produziu o aparente paradoxo de haver, simultaneamente, grande instabilidade e maiores lucros. O grande capital privado aumentou a margem bruta de lucro, com o aumento inflacionário dos *mark-ups*, e fez sua reestruturação patrimonial de devedor para credor. A fonte de lucro extraordinária para o sistema bancário foi justamente a alta inflação, que possibilitou a arbitragem entre diferenciais de taxas (*spread* inflacionário), especialmente, entre a taxa de aplicação com correção monetária e o “custo zero” da captação de saldos disponíveis. As rendas e os lucros financeiros, com a aplicação do *float* em títulos da dívida pública com taxas de juros reais positivos, ultrapassaram, largamente, as receitas com operações de crédito. No Brasil, tornou-se inexpressiva a intermediação financeira convencional: captação de recursos – concessão de empréstimos. O lucro da arbitragem e do giro inflacionário do dinheiro levou à desativação das típicas operações bancárias de crédito ao setor privado.

Isso permaneceu até ocorrer o processo de desajuste e reajuste dos bancos, durante a implementação do Plano Cruzado. De março a novembro de 1986, para compensar a brusca queda do *spread* inflacionário e dos ganhos com o financiamento dos títulos da dívida pública, o sistema bancário teve de fazer um ajuste de custos e receitas, cobrando tarifas de serviços e elevando as operações ativas de crédito, principalmente no segundo semestre. O susto, provocado pelo risco de quebra com uma súbita estabilização, mostrou aos banqueiros que o processo de redução do número de agências e do pessoal não deveria ser meramente conjuntural. Este processo continuou simultaneamente à automação do sistema bancário.

Segundo CARVALHO (2000, p. 312-313),

...Essa situação mudou radicalmente com a estabilização de preços alcançada com o Plano Real, em 1994, mas a mudança mostrou-se temporária. O fim da inflação fazia anteciper o reequilíbrio das contas públicas e a perda de oportunidade de aplicações da dívida pública. Conseqüentemente, os bancos voltaram-se para novas formas de operação, especialmente aquelas ligadas ao financiamento do consumo privado e da oferta de capital de giro às empresas. Infelizmente, o Plano Real, ao mesmo tempo que promoveu a estabilização de preços, aumentou a vulnerabilidade externa da economia brasileira. Para lidar com esta vulnerabilidade, o Banco Central viu-se freqüentemente obrigado, nestes anos, a apelar para drásticas elevações de juros, o que aumenta muito o risco de aplicações junto ao setor privado. Com isso, a reorientação da atividade bancária na direção do suprimento de crédito ao setor privado foi, pelo menos temporariamente, revertida, voltando o setor a priorizar o financiamento do governo. Por outro lado, a eliminação dos ganhos inflacionários, até 1994 uma importante fonte de ganhos para o setor bancário brasileiro, implicou uma redução importante da renda absorvida pelo setor, tornando os mercados mais estreitos e aumentando, assim, a pressão competitiva sobre as instituições bancárias.

Conforme PUGA (1998),

a partir da implantação do Plano Real, no início de julho de 1994, as reformas empreendidas na área financeira tiveram, principalmente, a finalidade de fortalecer e reestruturar o sistema financeiro nacional. Tais reformas se tornaram essenciais com a estabilização da economia, em especial a perda de importante fonte de receita advinda das transferências inflacionárias, o *floating*. Até então, não havia um arcabouço institucional que prevenisse o sistema contra os riscos de uma crise financeira. A atuação do Banco Central para socorrer as instituições se dava mais em caráter emergencial, utilizando recursos da reserva monetária, que contava com parte da arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

CARVALHO (2000, p. 335) explica-nos que, em todo o mundo, o sistema financeiro é sujeito a extensa regulação e está sujeito à supervisão contínua por parte de autoridades especialmente treinadas para isso. As razões para esta preocupação são: i) a de que a operação do sistema financeiro é fonte de

importantes externalidades, tanto positivas quanto negativas, tornando necessária a definição de regras que defendam as externalidades positivas e coíbam, na medida do possível, as negativas; ii) a hipótese de que a relação entre aplicadores, tomadores e instituições financeiras é marcada por importantes assimetrias de informação, que, se não submetidas a algum tipo de controle, poderiam implicar a exploração indevida dos contratantes menos informados pelos mais informados.

Por causa das externalidades, definiu-se um conjunto de regulações prudenciais, por sua vez, acabou por levar à definição de outras regras de operação destinadas a contrabalançar os seus efeitos. Como toda regulação é uma intervenção no mercado, e esta pode ter efeitos distorsivos, julgou-se necessário então definir novas regras destinadas exatamente a reequilibrar os incentivos dados aos participantes do mercado. Caso semelhante é o da supervisão financeira, isto é, a atividade de fiscalização de operação das instituições financeiras para se determinar se as regras estão sendo cumpridas, cujos métodos têm passado por importante transformação nos últimos anos, privilegiando-se atualmente uma abordagem que dá mais autonomia às instituições financeiras na sua administração do risco, eliminando lacunas, burocracias, superposição e eliminação de tarefas.

CARVALHO (2000, p. 313) explica que o processo de ajuste do setor bancário brasileiro prossegue e continuará por alguns anos provavelmente, já que se trata de adaptar-se a várias novas situações. É preciso adaptar-se às novas dimensões de mercado financeiro, muito menores do que eram no período inflacionário. Além disso, a concorrência no setor tende a aumentar pela crescente penetração de bancos estrangeiros no sistema, a partir de 1996. Em adição a tudo isso, os bancos locais ainda têm de aprender a lidar com as transformações que estão se dando nas relações financeiras no resto do mundo, já que em uma economia crescentemente globalizada torna-se impossível ignorar tais tendências.

3.2.1.3 Explicações Sobre a Questão do Crédito Bancário e outros Fatores Explicativos do *Spread* Elevado

A partir da análise histórica mencionada na seção anterior, verifica-se que o crédito está mais disponível para o setor público, sendo mais restrito para o setor privado. Para o país crescer é preciso manter o equilíbrio macroeconômico conforme os fundamentos da política macroeconômica e destravar investimentos, como por exemplo na área habitacional e de saneamento, oferecendo crédito para estimular a demanda.

Os altos *spreads* travam o crescimento econômico; para grandes empresas, que apresentam fontes alternativas de financiamento – como o BNDES e fontes externas, o *spread* alto não tem tanto impacto, mas para médias, pequenas e micro empresas seu efeito pode ser fatal; este segmento é apontado como o de maior potencial de geração de emprego.

Os consumidores são muito atingidos pelas altas taxas. Medidas capazes de reduzir os *spreads* são essenciais para elevar o volume de crédito no País. Para LACERDA (2004), este cenário está mudando com a sinalização de redução da remuneração dos títulos públicos; afirma que, “o grande demandador de recursos hoje no Brasil é o setor público, cuja dívida deve chegar a R\$ 3 trilhões este ano”. Ele explica que o alto nível de endividamento do Estado desestimula o crédito e os financiamentos em função da alta remuneração dos títulos do tesouro.

Os riscos que os bancos têm ao emprestar são os de liquidez, de inadimplência (*default*) e de taxas de juros. Uma economia em crescimento necessita de investimentos, e no caso, necessita de crédito bancário.

CARVALHO (2000, p. 398) menciona que:

... os bancos são vulneráveis a resgates acentuados dos seus depósitos, dependendo da relação reservas/depósitos (...) Dada a estrutura de mercados financeiros e o acesso dos bancos a fontes de liquidez, a vulnerabilidade aceita pelos bancos está associada diretamente à percepção dos riscos adicionais na medida em que se ampliam os depósitos.

CARVALHO (2000, p. 399) explica que,

...Interessantemente, nos períodos de crescimento com base em investimentos, os riscos percebidos de *default* e de liquidez tendem a crescer simultaneamente: a carteira de tomadores de recursos dos bancos tende a se ampliar (o que implica a incorporação de novos clientes, com risco percebido maior), enquanto que a relação entre ativos líquidos totais e empréstimos diminui (e como estes empréstimos são financiados através da expansão de depósitos de curto prazo), o descasamento de vencimentos de ativos e passivos bancários aumenta (...) Na medida em que se amplia a percepção dos riscos totais, os bancos tendem a se tornar mais conservadores para *um dado estado de expectativas*, tornando-se mais seletivos em relação aos créditos, buscando aumentar os requisitos em termos de garantias e o *spread* de juros em suas operações. Assim, uma demanda crescente de crédito, que no crescimento econômico é em geral superior ao crescimento da demanda agregada, para um dado estado de expectativas dos bancos, tende a ser racionada ao longo do processo de crescimento.

Em relação ao Brasil, que é uma economia considerada em desenvolvimento e possível crescimento, e em que o financiamento se baseia em crédito bancário, CARVALHO (2000, p. 399) explica que o racionamento de crédito se dá não somente porque há assimetria de informações, mas também por três outros motivos:

- i) Os níveis de alavancagem bancária alcançam os limites máximos aceitos pelos bancos (dado o seu estado de expectativas) na medida em que estes acomodam demandas crescentes por crédito;
- ii) Os dados necessários para a análise de crédito não estão disponíveis aos bancos – como é o caso de novos clientes;
- iii) Os dados são inexistentes e/ou os disponíveis não podem ser utilizados como guia de avaliação precisa dos riscos dos clientes potenciais. Neste caso, por exemplo, as empresas inovadoras – ou seja, aquelas que introduzem novos produtos, se inserem em novos mercados (internos e

externos) e/ou introduzem novas formas de produção – e as pequenas e médias empresas tendem a ser discriminadas.

Assim, no contexto de crescimento, o racionamento de crédito mais relevante se deve a uma seleção mais criteriosa dos crescentes riscos percebidos de créditos de empréstimos. Este racionamento tende a favorecer empresas já consolidadas com garantias reais de valor mais elevado. Isto, por sua vez, pode implicar a exclusão de empresas novas e/ou pequenas e/ou projetos de investimento com retornos excessivamente longo e/ou incertos.

Para LOZARDO (1999), a estrutura de crédito bancário consiste em sete partes: o *spread* bancário, o compulsório, a cunha fiscal, o direcionamento de crédito, pendências judiciais, o custo administrativo e o baixo volume de crédito.

Para LOZARDO (1999), “sem volume de crédito abundante para financiar as necessidades de capital dos setores produtivos a um custo competitivo não haverá crescimento econômico estável. A história da estabilidade macroeconômica está muito ligada ao volume de crédito bancário acima de 50% do PIB e aos custos competitivos”.

Conforme dados de LOZARDO (1999), em 1999, no Brasil o volume de crédito não ultrapassava 27% do PIB, enquanto que no Chile ele corresponde a 53%, no Canadá 69%, na Coreia do Sul 74%, em Cingapura 110%, na Alemanha 120%.

O nível das taxas de juros básicas explica, somente em parte o custo elevado aos tomadores finais. O aumento da oferta de crédito na economia, em 1999, gerado pelas quedas nas alíquotas do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo, e pelo maior estímulo à concessão de empréstimos reduziram a taxa de juros básica e o *spread*. Mas, para LOZARDO (1999),

Pouco adiantará o Banco Central reduzir a taxa básica de juro se o custo do crédito continuar elevadíssimo (...). O Brasil poderá crescer de forma estável caso aumente expressivamente o volume de crédito na economia e reduza drasticamente o seu custo. Aumentar a quantidade de crédito significa expandir os investimentos e, por conseguinte,

o crescimento econômico.

Desta forma, conforme GUIMARAES (2004), a redução dos *spreads* depende da queda da SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), da retomada do crescimento econômico e do controle da volatilidade. Para o economista Raul Velloso, “mesmo com uma SELIC a 10%, se questões como a tributação, compulsórios elevados, inadimplência, não forem alteradas, os *spreads* podem continuar altos; assim como pode haver *spreads* baixos com juros altos se as alterações forem realizadas”.

LOZARDO (1999) explica que “o elevado custo de crédito bancário resulta, em parte, do alto risco de inadimplência dos devedores. Quanto maior o risco da inadimplência de crédito bancário maior o seu custo, formando, assim, um círculo vicioso entre a alta estrutura de custo e o risco de crédito bancário, destruindo, por seu turno, a capacidade empreendedora dos pequenos e médios empresários, espalhando o desemprego pelo território nacional. A causa da inadimplência bancária deve-se, principalmente, à instabilidade macroeconômica brasileira. Esta é a razão pela qual o índice de inadimplência de crédito bancário no Brasil, em 1999, representa 35% no total do *spread* bancário, o qual estava em torno de 82% ao ano”.

Para reforçar as citações acima, em contemporânea publicação, DE PAULA (2004), menciona que,

A baixa relação volume de crédito e PIB que tem sido observada no Brasil nos últimos anos é, em boa medida, explicada pelos elevadíssimos *spreads* existentes do país, que inibe uma maior demanda por parte de crédito das firmas e famílias. Analisando a decomposição do *spread* bancário prefixado no Brasil feito pelo Banco Central, observa-se a seguinte composição em agosto de 2002: participação de 40,1% na margem líquida do banco; 20,6% dos impostos diretos; 17,0% das despesas de inadimplência; 14,1% das despesas administrativas; e, 7,9% dos impostos diretos. De 2000 a 2002 não houve mudanças significativas na composição do *spread* bancário no Brasil. Portanto, fica claro que a caixa preta que explica o *spread* bancário no Brasil é a elevada margem líquida dos bancos na sua atividade de intermediação financeira.

TABELA 3 - SALDO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO SISTEMA FINANCEIRO – COMPOSIÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	R\$ MILHÕES					
	Set/02	Dez/02	Set/03	Dez/03	Jul/04*	Set/04*
Rec. Direcionados	135.395	142.925	150.410	161.625	162.753	165.883
Habitacional	21.628	21.623	22.902	23.124	23.807	23.828
Rural	29.162	34.668	41.244	44.861	47.208	49.141
BNDES	83.899	84.717	83.535	91.069	90.297	91.367
Rec. Livres em R\$¹	150.900	155.267	167.751	176.214	198.367	210.828
P. Física	76.755	76.165	84.792	88.099	101.362	106.568
P. Jurídica	74.145	79.101	82.959	88.116	97.005	104.260
Recursos Externos	67.870	57.160	48.180	48.010	55.829	52.426
Leasing	10.422	9.474	8.527	9.063	11.324	11.747
Setor Público	11.167	13.481	15.039	14.964	18.644	19.410
Total Geral	375.754	378.307	389.907	409.877	446.917	460.294

FONTE: BCB – Departamento Econômico (DEPEC).

NOTA (1) Valores que excluem os Repasses Externos.

* Dados preliminares, conforme BACEN (2003).

3.2.2 Estruturas de Mercado dos Bancos no Brasil

3.2.2.1 Grau de Concentração dos Bancos

A explicação para a elevada taxa de retorno da atividade das operações dos bancos está, possivelmente, no fato de terem algum poder de mercado sobre os tomadores de recursos.

A cobrança de juros elevada deveria ter a troca de banco como resposta, negociando taxas menores, mas isso não é facilmente observado, pois envolve custos para o cliente. As instituições bancárias, sabendo disso, aproveitam cobrando taxas de empréstimos elevadas.

Segundo dados da empresa de consultoria AUSTIN ASIS (2003), as dez maiores instituições bancárias concentram: 64,26% do total dos ativos bancários; 80,56% do total dos depósitos bancários; 55,66% do total do patrimônio líquido do sistema financeiro; 77,25% do total do lucro líquido do sistema financeiro; 84,07% do total de funcionários do sistema financeira; 83,74% do total de agências bancárias do país.

Diante disso, a seguir pretende-se investigar como tem evoluído a concentração no ramo bancário. O alvo das fusões foram os bancos estaduais leiloados pelo governo. Como essas fusões influenciam a estrutura de mercado bancário?

Segundo COSTA (1999), durante a Segunda Guerra Mundial, houve um grande crescimento no número de bancos existentes, no Brasil: eram de 354, em 1940, e 663, em 1944, com menos de 3 agências por banco, em média; a partir desse ano, iniciou-se um processo de concentração bancária que resultou na redução para: 328 bancos, em 1964, com média de quase 20 agências por banco; 106 bancos, em 1975; 108 bancos, em 1987, com média de 144 agências por banco; com a liberalização financeira, promovida pela reforma bancária de 1988, em

julho de 1994, havia 271 bancos (múltiplos, comerciais, de investimento e de desenvolvimento) com média de 66 agências por banco; desde então, iniciou-se um novo processo de enxugamento bancário.

Para explicar a atual situação do sistema bancário brasileiro, COSTA (1999) faz referência, conforme abaixo, ao período da reestruturação bancária da década de 1970:

O processo de concentração – aumento da parcela de mercado atendida pela empresa – e conglomeração – diversificação de atividades por aquisições de empresas e cartas-patentes em outros segmentos do sistema financeiro – foi induzido por uma política governamental. O governo era conscientemente a favor desse processo de fortalecimento dos grandes grupos bancários, tendo um papel estimulante, traduzido por estímulos a fusões e incorporações, e restrições da rede de agências, o que obrigava os bancos a adquirirem, por esse meio, as cartas-patentes necessárias. Substituiu a anterior política de especialização por outra extremamente oposta: a de criação de conglomerados financeiros, liderados pelos concentrados bancos comerciais. A grande empresa bancária recebeu apoio do governo, aparentemente, para ser a contrapartida no setor financeiro da grande empresa comercial, industrial e de serviços (...) A causa primária para a concentração, por meio de fusões e aquisições, era que, com o recrudescimento inflacionário, tornou-se extremamente lucrativo para os bancos expandirem suas redes de agências, com o objetivo de aumentar a captação dos depósitos à vista a “custo zero” – operacional, não administrativo – para aplicar em correção monetária. (p. 285)

COSTA (1999, p. 285) continua, mencionando que as motivações para a conglomeração eram diversas: i) a tentativa de obter poder de mercado com reciprocidades – transações exclusivas e vendas vinculadas com preços predatórios – e, assim, diversificando operações e rateando custos, obter maiores lucros; ii) a possibilidade de realizar economias de escala: reduções de custo de mão-de-obra, propaganda, compra, gerenciamento, pesquisas, desenvolvimento, etc.; iii) a redução do risco, através da diversificação, ficando menos sujeito às variações da demanda de um título financeiro em particular; iiiii) a manutenção das taxas de crescimento da empresa, mediante aquisições de oportunidades de vendas de novos produtos ou de ativos, revertendo expectativas de declínio por parte dos acionistas; iiiiii) a obtenção de vantagens financeiras, adquirindo firmas subvalorizadas e assumindo débitos menos onerosos para o conglomerado do que para a firma antes da aquisição.

COSTA (1999) menciona que

Com o fim das cartas-patentes e a criação dos bancos múltiplos, os bancos preexistentes enfrentaram uma liberalização que, em menos de três anos, já tinha duplicado o número de instituições bancárias. Antes de 1988, a única possibilidade de constituição de um novo banco era o fechamento de outro. A política do Banco Central protegia a situação do mercado existente. Com a alteração, na Constituição, um banco comercial que atuava com uma carteira passou a poder concorrer em outras atividades financeiras: de investimento (ou de desenvolvimento), de crédito imobiliário e/ou de financeira. Na prática, os grandes conglomerados bancários já eram múltiplos, mas com uma empresa jurídica para cada área e quatro contabilidades diferentes. A mudança permitiu a unificação administrativa das carteiras, com redução de custos. (p. 293)

Com relação à redefinição de estratégias de mercado, é necessário separar os bancos. Os bancos, criados após 1988, adotam diversas estratégias de mercado: segmentação e seletividade da clientela por meio de *corporate banks* para grandes empresas; *middle market* para empresas com faturamento menor do que US\$ 50 milhões anuais; *private banks* para grandes fortunas; diversificação de produtos e serviços como lançamento de derivativos; diversificação de fontes e receitas de como entrar no mercado de fusões e aquisições; estratégia internacional, aproveitando a abertura econômica; estratégia locacional por meio de concentração das atividades no centro financeiro, conforme COSTA (1999, p. 313).

Com relação ao processo de fusões e aquisições, para diversificar suas fontes de receitas, de modo a compensar as perdas que viriam de eventual estabilização econômica, os bancos partiram para um acelerado processo de aquisições acionárias de empresas não-financeiras.

COSTA (1999) revela que há dois tipos de compradores no mercado de fusões e aquisições: i) o comprador estratégico: voltado para aspectos mercadológicos, industriais e/ou operacionais; ii) o comprador financeiro: não tem vocação nem interesse de operar; busca exclusivamente o resultado financeiro. O interesse do comprador estratégico está focado em seu negócio principal, cuja pressão competitiva leva a: 1. entrar em novos segmentos de mercado ou em regiões geográficas; 2. adquirir concorrentes para elimina-los ou criar barreiras à

entrada de novos competidores; 3. conseguir uma fatia do mercado, canais de distribuição, produtos ou marcas; 4. obter ganhos de escala; 5. ter acesso a novas tecnologias; 6. aumentar a capacidade produtiva; 7. integra-se verticalmente.

Para COSTA (1999, p. 313), "a causa primária do processo de fusões, aquisições e associações interbancárias, apoiado por uma política governamental, deve-se à necessidade de aumentar o grau de confiança do público não-bancário no sistema bancário".

No período em análise, segundo empresa de consultoria AUSTIN ASIS (2003), ocorreram muitas fusões e aquisições no ramo bancário. Com isso o lucro das instituições aumentou consideravelmente. A margem de lucro do banco corresponde a 35,7% do *spread* bancário - é o item de maior peso.

Para explicar o processo de fusões dos bancos estaduais, PUGA (1998) ressalta que,

No final da década passada e início desta, o debate acerca da necessidade da existência de bancos estaduais e da eventual conveniência de sua privatização se intensificou. Dentre os argumentos favoráveis aos bancos estaduais, colocava-se a necessidade de se corrigirem distorções de mercado e serem socializados os ganhos decorrentes das transferências inflacionárias. Também se mencionava que, na ausência de bancos estaduais, boa parte dos municípios brasileiros não seria atendida pela rede bancária. Por outro lado, os críticos desses argumentos afirmavam que as diferenças entre o retorno social e o retorno privado de projetos seriam melhor equacionadas através de esquemas de incentivos e desincentivos, tais como subsídios ou impostos indiretos, que levassem à solução dos problemas pelo sistema financeiro privado [Cysne e Faria (1997)]. A socialização das transferências inflacionárias poderia ser conseguida taxando-se diretamente as instituições financeiras por meio de impostos sobre o lucro ou de depósitos compulsórios [Werlang e Fraga Neto (1993)]. Além disso, Papageorgiou (1992) sugeria que nos municípios de baixa renda, onde a colocação de agências bancárias não é rentável, a captação de poupança e os pagamentos em outras praças poderiam ser feitos nos postos dos Correios. O principal argumento contrário aos bancos estaduais, contudo, referia-se ao tipo de relacionamento que essas instituições costumavam ter com seus controladores e com o governo federal. De fato, tradicionalmente, eram poucas as restrições ao volume de financiamentos que os governos estaduais podiam obter de seus bancos. Apesar da existência de limites legais sobre os empréstimos que as instituições financeiras podiam fazer para seus controladores, tal restrição não costumava ser respeitada no caso dos bancos estaduais. Assim, o abuso no endividamento terminava por levar a uma situação em que os fluxos de caixa dos estados se tornavam insuficientes para atender aos serviços da dívida. Com os estados ficando inadimplentes, seus bancos acabavam tendo problemas de liquidez. Nesse caso, as pressões políticas

dos governadores faziam com que o Banco Central fosse chamado a socorrer essas instituições, oficialmente, através do redesconto ou de um empréstimo de liquidez ou, por via indireta, injetando liquidez no mercado. Como consequência, havia emissão de moeda, dificultando a condução da política monetária e a estabilização da economia.

Conforme PUGA (1998),

Ao final de 1998, havia 2.053 instituições financeiras sob a supervisão do Banco Central. [Ver Tabela 5] Enquanto o número de bancos aumentou de 166, em dezembro de 1988, para 273, em junho de 1994, ao final de 1998 esse número era de 233. Nesses últimos anos, houve uma queda bastante significativa do número de bancos privados nacionais, públicos estaduais e bancos com participação estrangeira. Por outro lado, o número de bancos com controle estrangeiro quase dobrou. No caso das instituições não-bancárias, houve substancial queda do número de distribuidoras, que passaram de 376, em junho de 1994, para 212, em dezembro de 1998. Contudo, em virtude do crescimento do número de cooperativas de crédito, aumentou o total de instituições financeiras, de 1.987 para 2.053, nesse mesmo período. No tocante ao número de agências de bancos, elas decresceram de 17.577, em junho de 1994, para 16.121, em agosto de 1998.

Ainda segundo PUGA (1998),

A reestruturação do sistema financeiro estadual tem sido realizada por intermédio do Proes, programa inédito no tocante à adesão dos estados. [Ver Tabela 6] na data do estabelecimento do Proes, em agosto de 1996, o sistema financeiro público estadual era composto por 35 instituições, sendo 23 bancos comerciais e ou múltiplos. Exceto pelos estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, que não possuem instituições financeiras, apenas três estados ainda não participam do programa (Paraíba, Piauí e Distrito Federal). Somente seis instituições entraram na opção de ser saneadas. As do Pará, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina (Besc), Rio Grande do Sul e São Paulo (Nossa Caixa-Nosso Banco). Assim, após a conclusão de todos os processos, devem restar apenas nove instituições financeiras estaduais. Dentre as 26 instituições que optaram por deixar de ser bancos estaduais, 10 se enquadraram na opção de ser privatizadas. As do Ceará, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais (Credireal e Bemge), Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo (Banespa). E cinco na opção de ser extintas (liquidação extrajudicial). Rio Grande do Norte, Alagoas, Amapá, Mato Grosso e Minas Gerais (Minas Caixa). Para 11 instituições, ficou decidido que virariam agências de fomento (as do Amazonas, Rio Grande do Sul, Santa Catarina (Badesc), Bahia (Desenbanco), Minas Gerais (BDMG), Pernambuco, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre e Alagoas). Ao final de 1998, quatro privatizações já tinham sido realizadas. Antes, em junho de 1997, o Banerj, do Rio de Janeiro, havia sido dividido em duas partes. Uma foi adquirida pelo Banco Itaú e a outra sofreu liquidação extrajudicial. No mesmo ano, em agosto, o Credireal foi comprado pelo BCN, que acabou sendo vendido para o Bradesco em outubro de 1997. Em 1998, ocorreram outras duas vendas de bancos estaduais: em setembro, o Itaú comprou o Bemge e, em novembro, o Bandepe foi adquirido pelo holandês ABN Amro. Bozano, Simonsen (1998) mostra que foram emitidos aproximadamente US\$ 48 bilhões (6% do PIB) em títulos federais para sanear os bancos estaduais, cerca de três vezes o montante despendido no Proer. Desse total, US\$ 26 bilhões foram destinados ao

equacionamento da dívida do estado de São Paulo com o Banespa, que foi federalizado em dezembro de 1997 e deverá ser privatizado em 1999. Do restante, US\$ 8 bilhões foram para a Nossa Caixa, US\$ 4 bilhões para o Banestado, US\$ 1,5 bilhão para o Bemge, US\$ 3 bilhões para o Banerj e US\$ 3 bilhões para o Bannrisul.

Diante das mudanças geradas no cenário econômico desde 1994, a quebra de bancos importantes é atribuída às alterações da atividade bancária pelo êxito do programa de estabilização, conforme CARVALHO & OLIVEIRA (2002). Estes bancos, Econômico, Nacional e Bamerindus, tiveram que aumentar a oferta de crédito a partir de julho/94 a fim de compensar a perda das receitas geradas pela alta inflação. Como menciona CARVALHO & OLIVEIRA (2002, p. 70), “a rápida expansão do crédito teria sido feita à custa de menor qualidade das carteiras, explicitada com os efeitos da política econômica contracionista do início de 1995 em resposta a crise mexicana. O salto da inadimplência teria então abalado aos bancos menos sólidos por terem expandido o crédito com muita rapidez e agressividade após a queda da inflação”.

Para socorrer os bancos que não conseguiram suportar a perda do ganho inflacionário, o governo de então criou o PROER e injetou R\$ 21,7 bilhões no ajuste do Banco Nacional (vendido para o Unibanco) e no Bamerindus (comprado pelo HSBC). Para preparar os bancos estaduais para a privatização, o governo aportou, por meio do programa, outros R\$ 19,7 bilhões e os bancos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) receberam do Tesouro Nacional, recursos de capitalização de R\$ 20,5 bilhões, conforme Jornal Correio da Paraíba. O ajuste a partir de 1999 reduziu o número de bancos de 194 para 181, sendo que os privados nacionais declinaram de 108 em 1999 para 95. Os bancos privados estrangeiros expandiram-se de 67 para 70 e os bancos públicos federais e estaduais diminuíram de 19 para 16 por conta do programa de privatização das instituições estaduais.

Conforme dados da tabela 4, abaixo, verificamos o número de instituições financeiras, no período de 1988, 1994 e de 1998 e na tabela 5, verificamos o número de instituições financeiras estaduais.

TABELA 4 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

TIPOS DE INSTITUIÇÃO	DEZ/88	JUN/94	DEZ/98
Bancos Públicos Federais	6	6	6
Múltiplos	0	2	2
Comerciais	4	2	2
De Desenvolvimento	1	1	1
Caixa Econômica Federal	1	1	1
Bancos Públicos Estaduais	37	34	24
Múltiplos	0	24	16
Comerciais	23	2	2
De Desenvolvimento	10	7	6
Caixa Econômica Estadual	4	1	0
Bancos Privados Nacionais	44	147	106
Múltiplos	3	138	101
Comerciais	41	9	5
Filiais de Bancos Estrangeiros (Comerciais)	18	19	16
Bancos com Controle Estrangeiro	7	19	36
Múltiplos	0	19	34
Comerciais	7	0	2
Bancos com Participação Estrangeira	5	31	23
Múltiplos	1	29	21
Comerciais	4	2	2
Bancos de Investimentos	49	17	22
Total do Sistema Bancário Nacional	166	273	233
Sociedade de Crédito, Financiamento e Invest.	102	42	46
Sociedade de Arrendamento Mercantil	54	72	83
Corretoras de Câmbio e Valores Mobiliários	259	288	233
Distribuidoras de Câmbio e Valores Mobiliários	419	376	212
Soc. Crédito Imobiliário e Assoc. de Poup. e Emp.	55	24	20
Cooperativas de Crédito	598	912	1.222
Companhias Hipotecárias	0	0	4
Total do Sistema Financeiro Nacional	1.653	1.987	2.053

FONTE: Banco Central do Brasil.

TABELA 5 – NÚMERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS ESTADUAIS

INSTITUIÇÕES	POSIÇÃO EM		ESTIMATIVA APÓS O PROES
	Ago/96	Jul/98	
Bancos Comerciais/Múltiplos	23	19	9
Caixas Econômicas	1	1	0
Bancos de Desenvolvimento	4	4	0
Bancos Comerciais e ou Múltiplos em Raet	3	1	0
Bancos Comerciais e ou Múltiplos em Liq. Extrajudicial	1	5	0
Caixas Econômicas em Liq. Extrajudicial	2	1	0
Bancos de Desenvolvimento em Liq. Extrajudicial	1	0	0
TOTAL	35	31	9

FONTES: Boletim Macroeconômico, da SPE (maio de 1998), e Banco Central do Brasil.

3.2.2.2 Barreiras à Entrada de Novos Concorrentes

O setor bancário apresentou em 2002, taxas de lucros maiores que as da indústria. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido dos bancos foi de 18,25%, no primeiro trimestre de 2002, enquanto que na indústria foi 5,11% (CARTA CAPITAL, 2002, p.40).

Para BRAGA (2004), um relatório da Consultoria AUSTIN ASIS revela que os lucros dos bancos, em 2003, cresceram além de 10% em relação ao ano anterior. Em contrapartida, os mais diversos analistas mostram que a economia permaneceu estagnada, isso do ponto de vista do crescimento do PIB, e alguns setores da indústria chegaram a viver o clima de recessão e o desemprego bate recorde atrás de recordes.

Em recente publicação, PEREIRA (2004) menciona que “o lucro líquido dos três maiores bancos privados do País (Bradesco, Itaú e Unibanco) cresceu 22,3% no primeiro trimestre de 2004, na comparação com o mesmo período do ano de 2003. Segundo levantamento da consultoria AUSTIN ASIS, o ganho das instituições saltou de R\$ 1,44 bilhão para R\$ 1,76 bilhão, enquanto a carteira de

crédito avançou apenas 5%, para R\$ 121,11 bilhões – reflexo do fraco desempenho econômico do País no período”.

A alta margem de lucro atrai instituições que visam ganhar lucros semelhantes. Como demonstra as informações da IDEC (2002), os técnicos do Banco Central têm dificuldades em apurar se os lucros dos bancos foram ou não abusivos; porque ao iniciarem pesquisa para avaliar em que atividades o sistema financeiro registra maiores ganhos, só encontraram portas fechadas: os bancos se negam a abrir seus lucros detalhados por atividade, especialmente, os que embolsam com altas taxas de juros. A idéia é separar, nos balanços dos bancos, o que corresponde à taxa de juros, a fim de entender o lucro dos bancos.

Para se precaverem contra mais concorrentes potenciais no setor, os bancos promovem competições, utilizando as vantagens de que dispõem, por já operarem neste segmento, como as absolutas, de custo e da diferenciação de produtos. As vantagens quanto aos menores custos e a diferenciação de seus produtos, são proporcionadas pelo alto investimento em tecnologia e no controle sistemático da qualidade de serviços prestados aos seus clientes, pelo marketing desenvolvido em seus produtos.

Neste sentido, quais foram os principais tipos de investimentos realizados pelos bancos para manter-se no mercado e suprimir a concorrência?

A automação bancária e a redução de custos com a diminuição do quadro de funcionários fazem com que o banco atenda ao público, reduzindo custos e aumentando a eficiência operacional.

Como demonstrado em artigo divulgado no Jornal Correio da Paraíba,

O balanço do sistema bancário brasileiro no Plano Real mostra concentração em um número menor de instituições, aumento de eficiência e de lucratividade em todo o período. Por exemplo, dados do Banco Central apontaram que o número de bancos no Plano Real diminuiu de 246, em 1994, para 181, em 2001. O número de bancários reduziu de 1,1 milhão para 403 mil na mesma época. O lucro líquido sobre o patrimônio passou de 10,8%, em dezembro de 1994, para 17,1%, em dezembro de 2001. O indicador de eficiência relaciona custo operacional em relação aos ganhos da intermediação financeira. Quanto menor esse índice maior a eficiência do sistema. Esse

índice de eficiência demonstrou melhoria contínua no Plano Real, saindo de 78,4% em dezembro de 1994 para 65,1% em dezembro de 2001. A redução do número de funcionários foi compensada com pesados investimentos no setor de automação bancária. De acordo com pesquisa da Fundação Getulio Vargas, naquela época os bancos destinaram anualmente 9,7% do patrimônio a investimentos em tecnologia da informação, mais do que o dobro da média da economia nacional. Segundo dados da Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN), a utilização intensiva de informática permitiu a automatização integral de 72,6% das transações bancárias.

Diante das estratégias defensivas e tecnológicas, COSTA (1999, p. 302-303) explica que,

Desde a experiência traumática da súbita estabilização inflacionária, devido ao Plano Cruzado, os bancos passaram a enxugar as estruturas operacionais, com a diminuição da rede de agências e do número de funcionários (inclusive com a terceirização de alguns serviços não tipicamente bancários), intensificando simultaneamente os investimentos em automação bancária. A automação foi um instrumento de aumento dos lucros dos banqueiros e de rebaixamento relativo dos salários dos bancários. Os bancos aumentaram sua produtividade em até 25%, mas ela não foi repassada para os bancários. A Febraban defendia-se, argumentando que os bancos investiram US\$ 6 bilhões, em 1993, e mantinham 674.500 empregos. Pagaram, naquele ano, em salários: US\$ 24,3 bilhões, cerca de 15% de toda massa salarial do país. Mas, segundo o Dieese, o estoque estimado de emprego no setor financeiro caiu de 824.316, em dezembro de 1989, para 559.765, em março de 1996, ou seja, quase 1/3 do pessoal ocupado! No ano do Plano Cruzado, o sistema bancário eliminou 109 mil postos de trabalho; no ano do Plano Real, foram demitidos 65.409 bancários. Mudou também o perfil profissional dos trabalhadores nos bancos, com aumento do grau de escolaridade e qualificação e com mudanças no perfil procurado pelos bancos.

Para COSTA (1999, p. 310-312),

Além da tendência à concentração, verifica-se uma progressiva desnacionalização do setor bancário brasileiro (...) De acordo com os dados da [Tabela 6], apresentados pela consultoria financeira Ernest & Young, houve, recentemente, um "enxugamento" e uma "estrangeirização" do sistema bancário brasileiro.

PUGA (1998) mostra em seu trabalho que

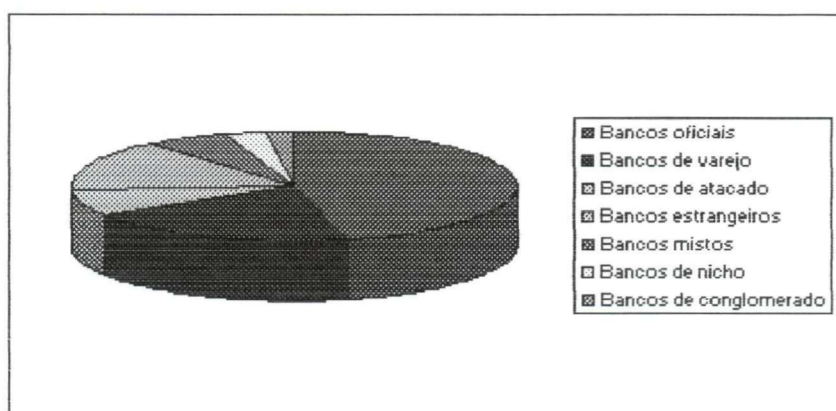
Em agosto de 1995, a Exposição de Motivos 311, encaminhada pelo ministro da Fazenda e aprovada pelo presidente da República, estabelecia que eram do interesse do país a entrada e ou o aumento da participação de instituições estrangeiras no sistema financeiro. Dentre os aspectos destacados, incluem-se a escassez de capitais nacionais; a eficiência operacional e a capacidade financeira superior dos bancos estrangeiros, com reflexos positivos sobre o preço dos serviços e sobre o custo dos recursos oferecidos à população; e a introdução de novas tecnologias.

TABELA 6 – PERFIL BANCÁRIO

PERFIL BANCÁRIO	1996	1997
Bancos oficiais	35	28
Bancos predominantemente de varejo	5	6
Bancos predominantemente de atacado	19	24
Bancos estrangeiros	24	41
Bancos mistos	8	8
Bancos de nicho	124	90
Bancos de conglomerado	25	14
Total	240	211

FONTE: GUIMARAES (2004)

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DOS ATIVOS



FONTE: GUIMARAES (2004)

Segundo GUIMARAES (2004), houve reversão do processo de entrada de bancos estrangeiros no País o que determinou o fracasso da tentativa de aumentar a concorrência bancária.

COSTA (1999, p. 311) revela que:

Os benefícios do ingresso dos bancos estrangeiros, no mercado financeiro doméstico, segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE-MF), são diversos. Primeiro, sabe-se que crises bancárias decorrem da combinação de fatores microeconômicos, determinados pelas características individuais das instituições financeiras, e fatores macroeconômicos, representados por choques (exógenos e endógenos) que ocasionam pressões sobre o sistema financeiro de um país. Dessa forma, argumenta a SPE-MF: “quanto mais fortes forem as instituições financeiras em uma economia, maior será a capacidade do sistema financeiro em absorver choques macroeconômicos”. Assim, a entrada de bancos estrangeiros para atuar na economia brasileira vai ao encontro do desejo de fortalecer o sistema financeiro doméstico.

Segundo, a entrada de bancos estrangeiros aumenta a concorrência no sistema financeiro, podendo ocasionar uma redução dos *spreads* e das taxas de serviços bancários. A redução dos *spreads* bancários, por sua vez, leva a uma redução das taxas de juros dos empréstimos, contribuindo, assim, segundo a SPE-MF, para o aumento do investimento na economia. Terceiro, conforme a SPE-MF, “O ingresso de bancos estrangeiros no Brasil tem ajudado a reestruturação do sistema financeiro doméstico, por meio da compra de ativos financeiros de bancos em liquidação em poder do Banco Central e pela compra de bancos brasileiros que estavam com desequilíbrio patrimonial. Ademais, espera-se que bancos estrangeiros venham a participar ativamente do processo de privatização de alguns bancos públicos”. Finalmente, a entrada de grandes bancos estrangeiros, como o HSBC, tem feito que os bancos de rede que atuam no Brasil revejam suas estratégias. Entre outras conseqüências, isso implica maior demanda nos leilões de privatização de bancos públicos.

Para PUGA (1998),

a maioria dos executivos de importantes bancos nacionais e estrangeiros que operam no Brasil considerou positiva a ampliação da presença estrangeira, tanto no que se refere à melhoria da qualidade dos serviços e ao aporte de novas tecnologias, como no tocante à redução dos *spreads* e à maior eficiência operacional. Contudo, destacaram que a redução dos *spreads* está relacionada mais à diminuição do risco da atividade bancária, o qual depende da queda na taxa de juros básica da economia e dos níveis de inadimplência, do que ao aumento da pressão concorrencial associada ao ingresso de estrangeiros. Por outro lado, foi consensual que os bancos estrangeiros no país possuem tecnologias e processos mais eficientes e sofisticados que os bancos brasileiros. O alongamento dos prazos das operações de crédito a partir do repasse de recursos externos foi considerado pouco provável, pois, em geral, as captações externas dos bancos são utilizadas em operações de tesouraria, de arbitragem. Tal alongamento depende, além da redução do patamar de juros, da consolidação da estabilidade da economia.

Para COSTA (1999, p. 312), “os grandes banqueiros brasileiros afirmam que não são contra a concorrência estrangeira, mas sim contrários à predominância entre grandes bancos. Acham que a decisão sobre a entrada de bancos estrangeiros deve ser discutida, amplamente, pelo Congresso, e não ficar sujeita ao poder discricionário de dirigentes do Banco Central do Brasil. Os argumentos básicos da FEBRABAN contra a predominância estrangeira entre os grandes bancos de varejo, no Brasil, são: 1. aumento do risco de um ataque especulativo contra a cotação oficial da moeda nacional; 2. maior dificuldade de colocar títulos de dívida pública junto aos bancos estrangeiros; 3. menor nível de controle sobre o *funding* dos bancos estrangeiros; 4. menor controle sobre o fluxo de entrada e saída

de capital externo; 5. menor discricionariedade sobre o crédito para setores prioritários à política econômica; 6. perda de soberania nacional.

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BANCOS ESTRANGEIROS NO BRASIL

TIPOS DE INSTITUIÇÃO	JUN/95	DEZ/98
Filiais de Bancos Estrangeiros	17	16
Bancos Privados com Controle Estrangeiro	20	36
Total de Bancos Estrangeiros (A)	37	52
Total dos Bancos Múltiplos e Comerciais (B)	240	203
Participação dos Estrangeiros (A/B) (%)	15	26

FONTE: PUGA (1998)

FIGURA 3 – INDICADORES DE ALAVANCAGEM E QUALIDADE DOS ATIVOS DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS (EM %)

Indicadores de Alavancagem e Qualidade dos Ativos dos Bancos Múltiplos e Comerciais (Em %)

	Jun/94	Dez/94	Jun/95	Dez/95	Jun/96	Dez/96	Jun/97	Dez/97	Jun/98	Dez/98
Alavancagem (Créditos/Patrimônio Líquido)										
Bancos Federais	3,5	3,4	7,9	6,7	2,6	5,1	4,8	4,0	4,0	4,1
Bancos Estaduais	4,7	6,6	9,4	11,1	15,1	8,9	9,5	8,2	9,5	9,3
Bancos Nacionais	2,9	3,1	3,2	3,6	3,7	2,9	2,9	3,7	2,9	3,7
Estrangeiros - Filial	3,4	2,3	2,7	2,9	3,1	2,6	2,7	2,9	2,8	2,9
BN, com Controle Estrangeiro	3,4	2,6	3,9	3,7	4,3	4,7	4,4	3,6	3,9	2,7
BN, com Participação Estrangeira	3,0	2,1	2,0	3,9	2,4	2,7	2,6	2,7	3,0	3,2
Total de Múltiplos e Comerciais	3,4	4,0	4,4	3,8	4,7	4,1	4,1	3,2	3,1	2,5
Sistema Bancário Nacional	3,3	3,6	3,8	4,3	4,1	4,0	4,1	3,6	3,6	3,2
Qualidade dos Ativos (Créditos em Atraso e em Liquidação/ Créditos Totais)										
Bancos Federais	12,5	11,0	13,8	14,3	20,5	18,3	18,5	21,5	24,2	23,2
Bancos Estaduais	3,4	2,6	4,9	3,2	3,0	3,1	4,8	9,8	10,8	17,0
Bancos Nacionais	3,3	2,1	3,9	13,6	16,6	4,8	3,6	4,5	3,3	4,1
Estrangeiros - Filial	2,4	3,6	6,6	7,9	8,8	8,6	8,9	8,0	6,9	7,1
BN, com Controle Estrangeiro	1,2	2,3	4,7	5,0	3,5	3,4	4,6	4,5	3,7	3,6
BN, com Participação Estrangeira	3,4	2,6	3,3	3,2	3,9	4,7	4,1	3,3	4,3	6,1
Total de Múltiplos e Comerciais	4,4	4,8	7,3	11,7	13,3	7,5	6,9	9,4	11,2	14,6
Sistema Bancário Nacional	3,8	4,3	6,6	10,3	11,5	7,1	6,4	7,6	8,7	10,3
Qualidade dos Ativos (Provisões sobre Créditos em Atraso e em Liquidação/ Créditos em Atraso e em Liquidação)										
Bancos Federais	10,4	16,3	37,9	77,7	119,3	117,8	150,0	148,0	132,4	90,3
Bancos Estaduais	276,4	142,0	133,3	104,9	113,6	104,0	123,3	119,6	197,9	192,0
Bancos Nacionais	150,2	141,0	121,1	104,0	108,4	110,1	116,3	116,3	144,9	164,2
Estrangeiros - Filial	97,7	78,7	81,9	85,0	91,9	96,7	97,8	100,1	107,5	106,1
BN, com Controle Estrangeiro	141,4	128,1	191,9	199,5	199,9	194,1	89,6	98,9	89,6	108,2
BN, com Participação Estrangeira	174,2	91,9	107,0	94,6	113,0	113,9	118,5	140,3	156,6	121,3
Total de Múltiplos e Comerciais	45,3	17,6	69,0	95,9	112,6	115,7	132,4	138,2	138,9	106,6
Sistema Bancário Nacional	59,9	61,2	73,3	93,3	109,3	108,6	126,0	137,6	136,1	117,4

Fonte dos dados brutos: Sabiscom.

Extraído de: PUGA (1998).

Conforme PUGA (1998), na Figura 3 são apresentados alguns indicadores para aferir a alavancagem e a qualidade dos ativos do sistema bancário nacional.

O grau de alavancagem foi medido levando-se em conta a proporção do volume de créditos concedidos em relação ao patrimônio líquido. Durante a maior parte do período analisado, tal indicador foi mais elevado nos bancos múltiplos e comerciais federais e estaduais, em comparação com as demais instituições analisadas. Por outro lado, a tabela mostra que após o início do Proes, em agosto de 1996, houve acentuada queda na alavancagem dos bancos múltiplos e comerciais estaduais. No caso dos bancos privados nacionais, o grau de alavancagem também caiu no segundo semestre de 1996, após significativo aumento nos dois primeiros anos pós-Plano Real, chegando a seu nível mais baixo, durante todo o período analisado, no segundo semestre de 1998. Para apurar a qualidade dos ativos, foi analisado o volume de inadimplência, medido pela relação entre os créditos em atraso e em liquidação e os créditos totais, e comparado o volume de provisões com o de créditos em atraso e em liquidação. Os dados mostram forte aumento da inadimplência no segundo semestre de 1995, após os aumentos de juros e a queda do nível de atividade que se seguiram à crise mexicana, em todos os tipos de banco estudados, mas principalmente nos bancos privados nacionais. A inadimplência voltou a aumentar no final de 1997, em virtude da crise asiática, que também resultou em um aumento nos juros e numa redução do ritmo de crescimento da economia. Nesse caso, contudo, os bancos privados nacionais foram bem menos atingidos do que em 1995. Enquanto o nível de inadimplência passou de 3,9%, em junho de 1995, para 16,6%, em junho de 1996, recentemente o aumento da inadimplência foi de 3,6%, em junho de 1997, para apenas 5,1%, em junho de 1998, caindo no semestre seguinte para 4,2%. Esse aumento da inadimplência ocorreu principalmente nos bancos múltiplos e comerciais estaduais e federais. No caso dos bancos estaduais, isso se deveu mais a uma diminuição dos créditos concedidos do que a um aumento dos créditos em atraso e em liquidação. Em relação às instituições públicas federais, vale destacar que, ao longo de todo o período analisado, elas foram as que apresentaram maior índice de inadimplência, tendo peso importante nesse índice o Banco do Brasil, que, no final de 1998, respondia por quase 80% dos créditos concedidos pelos bancos múltiplos e comerciais federais. A propósito, esse elevado índice de inadimplência do banco tem como principal origem os empréstimos ao setor agrícola, que, segundo dados de junho de 1998, era responsável por US\$ 12 bilhões de um total de US\$ 47 bilhões de créditos concedidos.

3.2.2.3 O Conluio como Poder de Mercado

Os integrantes do setor bancário desejam maximizações de lucros, através da determinação do preço. Esta tarefa não é fácil, dado as distintas e conflitantes opiniões sobre a estrutura de preço favorável.

O conluio consiste, como mencionado anteriormente, em negociações e

acordos para fixação dos preços com a finalidade de obtenção de lucro. Mesmo estabelecendo acordos, os bancos podem decidir rompê-los, levando um preço (ou taxas de juros) mais baixo ao mercado e expandindo a produção e os seus serviços até que o custo marginal suba quase ao nível do preço fixado.

O banco líder estabelece o preço, e outros o seguem, como é o caso da liderança de preços da firma dominante, mas também, no mercado, pode ser que operem de acordo com a liderança de preços colusiva, buscando lucros maiores. Como se dá o processo de liderança de preços no setor bancário?

Conforme GUIMARAES (2004), o economista Antonio Correa Lacerda defende a atuação dos bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – no mercado para que se tornem indicadores dos *spreads* e também para aumentar a concorrência do setor.

Alguns bancos federais e estaduais trabalham com critérios próximos, buscando ganhar mercado e eliminar a concorrência. Em recente matéria de CARVALHO & IZAGUIRRE, foi apontado que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal anunciaram em julho/2004 a redução de juros em algumas linhas de crédito, desconsiderando a possível manutenção das taxas de juros do COPOM (Comitê de Política Monetária), mostrando que os bancos oficiais ignoram o COPOM. A aposta destes bancos é aumentar a base de clientes para compensar o ganho menor. Apesar do governo não esconder o interesse de usar os bancos oficiais para incentivar a competitividade do mercado e puxar um movimento de redução de *spreads* bancários, a atitude destas instituições não afetou outras, que aguardaram a decisão do COPOM.

Para Wagner Freitas, presidente CNB-CUT (disponível em <<http://www.spbancarios.com.br>>), “no Brasil, a atividade banqueira é absolutamente predatória para com a sociedade, porque cresce e esse crescimento vem com a diminuição de outros setores da economia, com arrocho salarial,

aumento do desemprego e sem melhoria nos serviços prestados. Segundo a ABM Consulting, o lucro dos bancos em 2002 aumentou 73% comparado a 2001, passando de R\$ 9,307 bilhões em 2001 para R\$ 16,103 bilhões em 2002, sendo que em 2003 o lucro foi 42% superior a 2002”.

Segundo BRAGA (2004), “bancos, na chamada nova ordem econômica, forma um estado à parte. Fazem o que querem, mandam e desmandam (...)”. Qualquer banco, em qualquer lugar do mundo, além de toda a sorte de exploração possível, paga salários vergonhosos, impõe condições cruéis a seus trabalhadores e, gradativamente, com a automatização dos serviços, todos vão diminuindo mais e mais o custo com funcionários. Os lucros no sistema financeiro não acrescentam nada ao prometido espetáculo do crescimento. Pelo contrário. Resultam do controle absoluto do dinheiro e num país como o Brasil isso significa que os chamados setores produtivos, cada vez mais, pagam para produzir (exceto os que são ligados diretamente ao setor, como a indústria automobilística, por exemplo)”.

Para DE PAULA (2004) os bancos se aproveitam do contexto de instabilidade macroeconômica do país da seguinte forma:

Sob condições de incerteza, os bancos têm aguçado sua preferência por liquidez adotando uma estratégia “defensiva” de alocação de *portfólio*: retração da carteira de crédito, aplicação em títulos públicos, maior *turnover* nas operações de empréstimos (com redução de prazos) e elevação do *mark-up* bancário (*spread*). Por outro lado, o aumento da participação dos títulos públicos na composição do ativo dos bancos (com predominância de títulos pós-fixados) permite aos bancos – quando lhes convém – fazer um *hedge* contra desvalorização cambial e elevação na taxa de juros. Aplicações em títulos públicos representam um piso para o rendimento dos bancos, o que eleva sobremaneira o custo de oportunidade para concessão de empréstimos por parte dos bancos, que passam a cobrar um prêmio de risco elevadíssimo nas operações de empréstimos.

Para DE PAULA (2004),

Esta estratégia tem se revelado altamente rentável aos bancos, uma vez que eles não enfrentam no Brasil o *trade-off* clássico liquidez versus rentabilidade: a composição do *portfólio* lhes permite obter, ao mesmo tempo, liquidez e rentabilidade. Em condições de um economia semi-estagnada e com crédito retraído, a estratégia “curto-prazista” dos bancos só pode ser entendida considerando dois fatores essenciais. Primeiro, o contexto macro-institucional específico da economia brasileira, em que os bancos extraem

vantagens das altas taxas de juros e das condições em que o governo tem gerenciado uma dívida pública elevada e predominantemente indexada. Segundo, a existência de um mercado de concorrência oligopolista no Brasil, resultado do crescimento recente do *market share* dos maiores bancos no mercado brasileiro. Isto fica evidente quando se observa a existência de uma clara relação inversa nos últimos anos entre o volume de empréstimos e *spread* bancário no Brasil, que resulta do fato de que os bancos optam por ganhar mais com uma margem maior, apesar do menor volume de operações de crédito. Outra evidência é a ocorrência de uma certa inflexibilidade para baixo no *spread* bancário no Brasil, uma vez que o movimento deste não tem acompanhado *pari passu* a diminuição recente na taxa básica de juros do país. Em outras palavras, somente a existência de uma estrutura oligopolizada pode explicar porque os bancos compensam uma retração na oferta de crédito com uma elevação do *spread* bancário.

DE PAULA (2004) explica-nos, que para superar o círculo vicioso demonstrado acima, é fundamental reduzir o custo de oportunidade das operações de crédito no Brasil, criando-se condições para uma queda sustentada na taxa de juros no país. O crescimento da demanda por crédito levaria a um aumento na escala das operações de empréstimos resultando num aumento da concorrência do setor bancário. De outro lado, deve-se garantir condições para uma maior concorrência no mercado bancário. Para tanto, é fundamental um papel mais ativo dos bancos federais no mercado de empréstimos, assim como um maior acompanhamento nos processos de fusões e aquisições bancárias por parte do órgão do governo (CADE, por exemplo), tal como é feito em outros países no mundo”.

Para DE PAULA (2004), “mantendo as condições de instabilidade macroeconômica no Brasil e na ausência de um ambiente competitivo e sadio é provável que iniciativas voltadas para flexibilizar o mercado de crédito no Brasil – como uma diminuição maior no compulsório dos bancos, mudanças nas garantias das operações de crédito, etc., - pode acabar se revelando contraproducente, com os bancos continuando a manter a estratégia avessa ao risco que tem sido característica das duas últimas décadas, e com o risco do *spread* não cair de forma significativa e sustentada”.



FIGURA 4 – INDICADORES DE RENTABILIDADE DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS (EM %)

**Indicadores de Rentabilidade dos Bancos Múltiplos e Comerciais
(em %)**

	Jun/94	Dez/94	Jun/95	Dez/95	Jun/96	Dez/96	Jun/97	Dez/97	Jun/98	Dez/98
Lucro Líquido/Patrimônio Líquido										
(% a.a.)										
Bancos Federais	5,7	0,55	0,21	445,00	80,21	8,9	8,9	30,6	10,1	11,0
Bancos Estaduais	17,4	646,51	200,51	334,31	333,61	14,7	18,1	39,71	682,01	31,71
Bancos Nacionais	17,4	15,8	15,3	0,3	333,91	12,0	13,2	-4,9	30,61	33,4
Estrangeiros - Fidei	4,8	0,7	36,41	31,41	2,9	38,31	3,1	214,51	17,8	7,8
P.N. com Controle Estrangeiro	19,9	22,0	11,7	50,5	12,5	16,1	16,7	4,2	15,4	3,9
P.N. com Participação Estrangeira	13,3	36,9	22,2	22,0	32,0	24,3	30,6	7,7	13,3	7,3
Total de Múltiplos e Comerciais	11,6	8,9	38,21	112,71	63,51	12,4	14,6	39,81	33,31	3,0
Sistema Bancário Nacional	13,1	8,7	32,61	33,31	28,61	13,3	13,6	31,3	0,2	8,4
Margem Líquida (Resultado de Intermediação Financeira - Despesa de Intermediação Financeira)/Ativo										
(% a.a.)										
Bancos Federais	0,5	4,9	4,8	2,9	1,3	1,4	1,5	7,1	3,9	3,8
Bancos Estaduais	12,7	9,3	7,9	7,3	6,9	5,7	5,5	4,3	4,7	7,7
Bancos Nacionais	9,9	10,2	8,4	7,3	5,2	5,4	5,4	3,9	4,6	4,2
Estrangeiros - Fidei	17,3	3,9	8,0	6,0	1,7	3,3	1,8	3,6	3,6	3,8
P.N. com Controle Estrangeiro	13,9	13,4	9,6	6,1	5,4	5,7	4,2	5,1	4,3	6,0
P.N. com Participação Estrangeira	23,6	21,1	3,8	4,3	2,5	2,7	2,9	4,1	3,5	4,2
Total de Múltiplos e Comerciais	10,2	8,7	7,2	6,2	4,9	4,6	4,3	5,9	4,9	5,2
Sistema Bancário Nacional	7,1	7,3	8,4	5,2	3,9	4,1	3,6	4,2	3,9	4,9
Receitas de Serviços/Resultado de Intermediação Financeira e Receitas de Serviços										
Bancos Federais	42,7	23,8	28,6	46,3	43,2	70,4	61,6	23,9	26,8	28,3
Bancos Estaduais	4,3	33,4	14,8	36,9	36,6	14,3	17,4	29,9	17,4	16,5
Bancos Nacionais	6,8	18,6	19,2	23,1	30,0	33,1	30,8	40,5	30,0	36,1
Estrangeiros - Fidei	3,5	33,6	12,4	33,3	13,2	22,9	29,3	17,3	16,4	15,7
P.N. com Controle Estrangeiro	1,7	30,3	12,6	36,6	16,0	16,2	19,9	26,3	26,9	26,2
P.N. com Participação Estrangeira	3,1	31,7	16,7	35,8	31,1	34,7	25,6	34,7	34,1	33,0
Total de Múltiplos e Comerciais	5,2	17,2	18,9	24,4	23,4	32,4	30,2	30,2	28,7	29,9
Sistema Bancário Nacional	7,2	36,3	19,7	35,4	31,3	32,8	31,2	33,3	31,3	32,2
Eficiência (Despesa Administrativa e de Pessoal/Resultado de Intermediação Financeira e Receita de Serviços)										
Bancos Federais	810,1	370,6	161,9	203,7	194,3	234,3	613,6	306,5	28,4	88,9
Bancos Estaduais	127,6	125,6	93,7	300,0	101,4	92,0	81,2	71,4	113,6	64,0
Bancos Nacionais	19,8	70,2	66,7	79,3	92,7	93,7	78,8	103,2	81,0	94,1
Estrangeiros - Fidei	9,4	84,8	76,5	84,3	71,2	89,6	126,0	306,5	44,3	131,0
P.N. com Controle Estrangeiro	9,6	42,3	39,7	61,0	62,3	64,0	74,1	67,8	83,5	81,1
P.N. com Participação Estrangeira	7,9	47,9	63,7	76,7	66,3	39,6	96,2	96,1	99,7	90,9
Total de Múltiplos e Comerciais	68,8	92,4	87,0	98,5	103,8	103,6	145,8	92,6	88,5	83,9
Sistema Bancário Nacional	70,8	93,0	83,2	98,9	109,4	106,1	140,2	93,4	92,8	89,9

Fonte dos dados: Instituto Sisebanc.

Extraído de: PUGA (1998).

A Figura 4, conforme PUGA (1998), apresenta indicadores selecionados de rentabilidade dos bancos.

Assim como no caso do aumento da inadimplência, a lucratividade dos bancos (lucro líquido/patrimônio líquido) caiu significativamente após as elevações dos juros no final de 1995 e de 1998. Durante a maior parte do período analisado, os bancos privados nacionais com participação estrangeira e com controle estrangeiro foram os que tiveram maior retorno em relação ao patrimônio líquido. Mais recentemente, porém, no segundo semestre de 1998, os bancos privados nacionais foram os mais rentáveis. Cabe destacar também a elevada volatilidade da lucratividade, que é maior no caso dos bancos públicos e privados nacionais e menor nos bancos com controle estrangeiro. O índice de margem líquida dos bancos corresponde à relação entre o resultado de intermediação financeira e o total de ativos. A forte redução desse indicador no segundo semestre de 1994 reflete a perda dos ganhos de receita com o *floating* de recursos decorrentes da estabilização da

economia. Outro indicador de rentabilidade é representado pela relação entre as receitas de serviços e a soma das receitas de intermediação financeira e de serviços. Tal indicador mostra que os bancos têm procurado compensar as perdas dos ganhos com o *floating* elevando as tarifas bancárias e cobrando por serviços que eram gratuitos no período de inflação elevada. Por último, a Tabela mostra o indicador utilizado internacionalmente para medir a eficiência dos bancos, calculado através da divisão do total das despesas administrativas e de pessoal pelo resultado bruto de intermediação financeira acrescido das receitas de serviços. (...) Os dados obtidos mostram significativa diminuição na eficiência dos bancos nos primeiros anos pós-Plano Real. Nesse sentido, cabe destacar que, durante o período de inflação elevada, os bancos procuraram maximizar os ganhos de *floating* estabelecendo uma vasta rede de agências, o que permitiu a captação rápida dos recursos dos clientes, com os pagamentos de contas sendo realizados diretamente em tais locais. Com a diminuição das receitas de *floating*, houve queda do nível de eficiência. Só a partir do segundo semestre de 1997, tal nível melhorou bastante, em função (principalmente) de ajustes nos bancos públicos federais, do ingresso de bancos estrangeiros, da própria reação dos bancos privados nacionais ao aumento da presença de tais instituições estrangeiras no sistema financeiro e dos efeitos do Proes. O nível de inadimplência do sistema bancário brasileiro, de 10,3% em dezembro de 1998, esteve fortemente concentrado nos bancos múltiplos e comerciais públicos federais. O problema principal são os empréstimos do Banco do Brasil ao setor agrícola. Vale observar que os créditos não-pagos destinados a esse setor têm sido cobertos pelo Tesouro. Já no caso dos bancos privados nacionais, o nível de inadimplência era de 4,2%. Além disso, comparações internacionais revelam que os principais bancos privados nacionais são bem menos vulneráveis ao risco de crédito do que os bancos da Argentina, do México, da Indonésia, Tailândia e Coréia do Sul. Desse modo, pelo menos no tocante aos empréstimos do setor bancário, o sistema financeiro está atualmente bastante sólido, sendo bem remota a possibilidade de crise sistêmica.

Para o Banco Central (2003),

o sistema bancário contém particularidades que o distingue de outros setores econômicos, no sentido de existência de poder de mercado. Uma das particularidades mais relevantes é a presença de assimetrias de informações. Estas particularidades fazem com que exista a possibilidade de exercício de poder de mercado sob outras formas, ligadas, sobretudo, à obtenção de rendas informacionais. Um exemplo típico são as práticas de fidelização do cliente, que geram altos custos de transferência.

O cliente fica preso (*lock in*) à instituição bancária, porque os custos de mudar de banco são elevados. Isto constitui o poder de mercado dos bancos e pode explicar, em partes, a razão de taxas de *spreads* tão elevadas.

Assim, para o BANCO CENTRAL (2003), no Brasil não existe uma forma direta de poder de conluio no setor bancário brasileiro. O que os bancos podem fazer é tentar eliminar a concorrência, buscando medidas de fidelização dos clientes, aumentando os custos de transferência para outros bancos, criando um

efeito *lock in*, prendendo o cliente ao banco.

3.3 MEDIDAS TOMADAS PELO BANCO CENTRAL PARA REDUÇÃO DO *SPREAD*

No início do Plano Real, as taxas inflacionárias e as de *spread* bastante elevadas foram sendo controladas gradativamente. Com a abertura da economia à participação estrangeira no setor bancário a concorrência aumentou, elevando também a eficiência operacional.

No entanto, segundo o Banco Central (apud CARTA CAPITAL, 2002, p. 40), embora o *spread* tenha sido reduzido, de 80% a.a., em 1999, para 30% a.a., em 2002, o país deveria apresentar margens comparáveis às de economias similares, como o México, a Coréia e o Chile, ou seja, 10% ao ano.

O Banco Central (BACEN, 1999), vem propondo e implementando desde 1999, no âmbito do Projeto Juros e *Spread* Bancário, medidas para a redução dos juros e do *spread*. Podem ser destacadas as seguintes medidas: a redução das taxas básicas de juros, a redução da cunha fiscal, a diminuição do risco de crédito, o aumento da eficiência e da alavancagem das instituições financeiras, sendo necessário um ambiente macroeconômico favorável e previsível, permitindo análises destas medidas na arrecadação, com a redução dos impostos, nas finanças públicas e política monetária.

Além disso, o Governo vem procurando, conforme BANCO CENTRAL (2003), direcionar a expansão da oferta de crédito a custos mais acessíveis para empresas e cidadãos. Conforme IDEC (disponível em <www.idec.org.br>), o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, declarou que o BC estará adotando medidas para redução do *spread* bancário, alinhado com medidas dos bancos centrais do mundo.

Propostas estão sendo estudadas pelo Governo, para que, além da redução do *spread*, proporcionem também uma melhora no processo de

crescimento, no sentido da linha de estímulos do investimento privado, desburocratizar, fazer uma racionalização em algumas áreas do sistema tributário e adequar prazos de tributos.

Com isso pergunta-se: qual o impacto das medidas do Banco Central no sentido de reduzir o grau de concentração no setor bancário?

Para que o Brasil registre níveis maiores de crescimento, já foram sugeridas mudanças penosas por muitos economistas e profissionais, por exemplo, LOZARDO (1999) sugere o fim do direcionamento do crédito, como exemplo, o crédito rural que penalizam os bancos e contribuem para o aumento do *spread*, e a reforma tributária e a reforma do Judiciário, necessárias para a retomada do crescimento. Para ele, os altos *spreads* são decorrentes do alto risco jurídico, do direcionamento do crédito pelo governo e da alta tributação da atividade financeira.

Mas em relação ao crédito, no Brasil será necessário resgatar uma cultura que viabilize menores custos e riscos das operações e fricções na intermediação financeira, aumentando a transparência e a concorrência. O direcionamento do crédito não constitui fator de menor crescimento.

Para LOZARDO (1999), mesmo não podendo aumentar expressivamente o volume de crédito bancário no médio e longo prazos, o Banco Central está audacioso ao adotar medidas que possibilitem o desmonte da atual estrutura de custo de crédito bancário, tornando-se mais transparente e competitiva.

LOZARDO (1999) menciona que no tocante ao *spread* bancário, o Banco Central estará propondo modificar esse custo por meio da criação de um cadastro de informações (central de risco), no qual os bancos obterão informações quanto aos bons e maus pagadores tais como: volume de crédito, idoneidade do cliente, garantias, etc. Regularizará também a livre negociação na obtenção de crédito imediato eletrônico; os correntistas conhecerão em tempo real, o custo dos cheques especiais cobrado em cada instituição bancária. O BANCO CENTRAL (2003)

também estimulará ou induzirá os bancos a terem em seu site, um simulador de créditos, para que os clientes conheçam as taxas cobradas.

LOZARDO (1999) explica que “o Banco Central está propondo maior flexibilidade de crédito bancário, principalmente, no tocante ao direcionamento do crédito aos setores imobiliário e rural, financiando-os por meio de instrumentos próprios de captação”. Segundo o BANCO CENTRAL (2003), atualmente as instituições financeiras são obrigadas a destinar 25% de seus depósitos à vista para operações de crédito rural a taxas favorecidas; 65% em cadernetas de poupança para operações de crédito imobiliário com taxas administradas; 2% para operações de microfinanças com taxas máximas fixadas pelo Governo.

Entre as medidas do BANCO CENTRAL (2003), podemos destacar ainda “o estudo sobre a situação da Contribuição do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), avaliando a possibilidade de reduzir gradualmente as contribuições dos bancos, bem como a eventual adoção de prêmio diferenciado pelo risco da instituição”. Os bancos contribuem mensalmente com 0,025% dos saldos de depósitos garantidos para compor os recursos do sistema de garantia de depósitos.

O Banco Central (2003), com o intuito de reduzir o poder de *lock in*, como mencionado na seção anterior, vem adotando medidas para que esse efeito seja diminuído, como a:

(...) portabilidade das informações cadastrais, mediante a qual as instituições financeiras estão obrigadas a fornecer a seus clientes, quando por eles solicitados, informações cadastrais dos últimos dois anos, compreendendo dados pessoais, o histórico das operações de crédito e financiamento e o saldo médio mensal mantido em conta corrente, entre outras.

Esta medida visa aumentar a concorrência bancária, mas a solicitação das informações pelos clientes é limitada, devida a falta de conhecimento da obrigatoriedade.

Buscando o aumento da concorrência bancária e diminuição dos juros, o BANCO CENTRAL (2003) melhorou a qualidade das informações e da comunicação

com a sociedade sobre os custos dos serviços bancários, evitando a situação de *lock in*, disponibilizando dados na internet. Os bancos que cobravam encargos mais elevados que o mercado, reduziram suas taxas, mas analisando pelo *spread*, este não teve alteração. Desta forma, o Banco Central está propondo outras medidas que também reduzam o *spread*.

LOZARDO (1999) explica ainda que “a eliminação do compulsório sobre os depósitos a prazo é outro fator importante para a redução dos *spreads*. Esse compulsório corresponde a 10% sobre o total dos depósitos a prazo, o qual é depositado no Banco Central em títulos públicos federais. A eliminação desse compulsório representará um aumento no volume de crédito dos bancos, pois esses títulos serão convertidos em moeda”. Para GUIMARAES (2004), “os compulsórios representam um custo para o banco; poderia haver o comprometimento dos bancos comerciais com a redução dos *spreads* bancários como contrapartida da redução do compulsório. O compulsório alto é responsável pelo nível de *spread* do país, que, além de campeão mundial de *spread*, é campeão mundial de compulsório”.idem

LOZARDO (1999) continua, “a cunha fiscal equivale a 25% do *spread* total, representando o segundo maior fator de custo, sendo 11% do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e 14% sobre outros tributos como a CPMF. O custo administrativo representa 25% do *spread* total, mas sua redução dependerá do crescimento da atividade bancária”. idem

Outras medidas do BANCO CENTRAL (2003), envolvem um trabalho de conscientização dos juizes, que beneficiam os devedores e prejudicam o sistema financeiro e um mecanismo que vise a redução de exigências burocráticas, reduzindo o custo do crédito e aumentando a eficiência operacional.

LOZARDO (1999) ressalta ainda que,

O mercado de crédito bancário brasileiro é pequeno e o custo de crédito é elevadíssimo, e assim continuará, enquanto o setor público federal não deixar de ser o principal tomador de recursos no mercado monetário para financiar os déficits públicos. A expansão efetiva do crédito e a redução da inadimplência serão factíveis quando as reformas das

previdências pública e privada forem feitas, assegurando tanto a estabilidade macroeconômica, quanto a do crescimento do superávit primário e a do teto da dívida líquida do setor público, em torno de 45% do PIB, ao longo da próxima década (...) Falta muito pouco para que o Brasil possa ser um país próspero e socialmente mais justo, mas esse pouco dependerá muito da decência moral da classe política brasileira em terminar com os déficits públicos antes que eles acabem com o Brasil.

Para SANTOS (2004),

Faz-se necessário uma profunda reflexão entre o volume de crédito e o PIB, a dependência do financiamento de longo prazo de fontes públicas e o pequeno acesso das micro e pequenas empresas ao crédito bancário. Somente uma mudança significativa nesse quadro permitirá que o sistema financeiro nacional cumpra plenamente com o seu papel de financiador do consumo e do investimento. A queda gradativa da SELIC e a conseqüente redução da rentabilidade dos títulos públicos darão relevância às carteiras de crédito das instituições financeiras que vão precisar se reestruturar e reaprender a dar crédito para não perderem mercado. Seja através dos ganhos com a inflação ou do financiamento da dívida pública, os bancos brasileiros demonstraram no passado uma grande capacidade de adaptação e defesa de suas margens de lucro. O ano de 2004 demonstrará se o aumento da competição no setor financeiro será capaz de induzir uma queda acentuada dos *spreads* e com ela da taxa final de juros incidente sobre os empréstimo bancários.

SANTOS (2004) diz-nos que “cabe ao governo a tarefa de incentivar mecanismos de mercado para diminuir o poder dos bancos na definição das taxas de juros. As recentes medidas de liberalização e incentivo do crédito cooperativo e do microcrédito são acompanhadas de ação agressiva dos bancos oficiais na conquista de mercado via redução das taxas de juros. O corte na taxa de juros básica da economia (SELIC), desde 2003, foi importante para balizar as expectativas para a economia e, deste modo, orientar as decisões de investimento. Não foi, entretanto, suficiente para alterar a marca de terceira maior taxa nominal de juros do mundo, perdendo apenas para a Venezuela (18,7%) e Turquia (26%). Também não tirou o Brasil da posição de líder no ranking mundial de juros reais”.

idem

Segundo este autor ainda, as atuais taxas médias para o tomador final – 150,98% ao ano para pessoa física e 69,78% para pessoa jurídica – demonstram a necessidade de se adotar instrumentos que reduzam na ponta do crédito os juros para o consumidor e as empresas. A continuidade da queda da SELIC dará mais

visibilidade ao peso do *spread* bancário na formação das taxas finais. O *spread* praticado pelos bancos, em dezembro de 2003, era de 30,5% ao ano. Além do recorde nos juros básicos, o *spread* é absurdamente mais alto do que em outros países: 2,2% na Coréia do Sul, 3,6% na Malásia, 1,2% no México, 30% nos EUA, 3,2% na zona do Euro e 3,9% na Rússia.

Além de medidas da competência do BANCO CENTRAL, existem outras medidas de competência de outros setores governamentais, apontadas por este órgão. São de competência do Poder Executivo: a proposição de alternativas visando a redução de impostos incidentes sobre o crédito (IOF) e a intermediação financeira (PIS, Cofins, CPMF, etc.); a regulamentação tributária deveria procurar as exigências contábeis das instituições financeiras, já que estas são regulamentadas pelo Banco Central e verificar a incidência de IR / CSLL sobre provisionamento de créditos; melhorar e modernizar o sistema de Cadastro Informativo dos Créditos não quitados do setor público federal, tornando esse sistema mais disponível para consultas fora do setor público. Um dos vilões é a tributação, pois o sistema bancário concentrado existente no Brasil representa uma fonte de recolhimento de impostos fácil e com baixa sonegação.

Para GUIMARAES (2004), "a redução dos *spreads* no Brasil passa pela mudança de postura do sistema judiciário brasileiro, que sempre decide a favor do devedor". LOZARDO (1999) explica que "as medidas do Banco Central atacam o custo das pendências judiciais inadimplentes criando a Cédula Bancária, a qual permitirá a instituição bancária executar o principal da dívida do inadimplente. Essa medida somada à central de risco reduzirá o universo dos caloteiros". Esta medida compõe as medidas de competência do Poder Legislativo, que trata da transformação desta medida provisória em lei.

Sendo de competência do Poder Legislativo, algumas medidas indicadas pelo BANCO CENTRAL (2003) são: aumentar a proteção legal do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central e dos cadastros privados de proteção ao

crédito; racionalização dos processos judiciais, com a finalidade de reduzir a morosidade da justiça; separação dos juros do principal, permitindo ao credor receber a parte principal da dívida; a aprovação de uma nova Lei de Falências que ofereça mais garantias aos credores, entre outras.

De fato, essas medidas poderiam ter um efeito positivo na redução do *spread*. Mas seriam suficientes? A redução dos impostos e da inadimplência poderia resultar em *spreads* menores desde que essa diminuição de custos para os bancos seja repassada ao tomador final – o que não aconteceu em 2003.

Como mostrado pelo BANCO CENTRAL (2003), de 2002 para 2003 ocorreram mudanças significativas na composição do *spread*. Enquanto a cunha fiscal manteve-se inalterada (29%) e a inadimplência registrou um pequeno aumento de 16% para 17%, as despesas administrativas caíram de 19% para 14% e a margem líquida aumentou de 36% para 40%. Essa decomposição do *spread* deixa claro que a queda de cinco pontos percentuais nos custos administrativos não foi repassada ao tomador final de empréstimos, pessoas físicas e jurídicas. Compensou o aumento da inadimplência e, principalmente, aumentou o lucro dos bancos.

Conforme PEREIRA (2004), os bancos apresentam rentabilidade recorde, fato explicado pelos altos níveis de *spread*. Segundo a consultoria AUSTIN ASIS, o *spread* médio, incluindo pessoa física e jurídica, está calculado em 38% ao ano. Apesar da carteira de crédito ter crescido apenas 5% no período, a receita de crédito subiu quase 13%. Outro fator importante para o aumento dos lucros dos três bancos foi a redução das despesas com provisões para devedores duvidosos, que recuou 30,2%. A consultoria afirma que, no passado, as instituições decidiram fazer provisões acima das exigidas pelo Banco Central para se precaver contra possíveis aumentos de inadimplência. Como o índice de atraso no pagamento tem sido declinante, os bancos resolveram usar essa reserva e as despesas diminuíram. Outra justificativa para os bancos continua sendo os ganhos de tesouraria, porque

os bancos ganham tanto na alta como na baixa, com a volatilidade no mercado. E ainda de acordo com PEREIRA (2004), outra fonte ótima de recursos das instituições financeiras, que tem crescido substancialmente nos últimos anos, é a receita de serviços, cujos ganhos em 1994 respondiam por 40% da folha de pagamento e que atualmente já cobre 100% dos salários.

4 CONCLUSÃO

Ao analisar as razões para a economia brasileira apresentar níveis de *spread* tão elevados, considerou-se o contexto histórico do mercado bancário no Brasil referenciado na teoria microeconômica. Assim, o processo de construção e reconstrução do *spread*, as crises passadas, a conglomeração, as fusões e a entrada de bancos estrangeiros à luz da teoria utilizada como referencial teórico permitiu identificar o setor bancário oligopolizado e como tal seu poder de influência na economia buscando maximizar seus lucros.

Identificamos os determinantes e a composição do *spread*: lucro do banco (35,7%), impostos diretos (21%), despesas administrativas (19,2%), inadimplência (15,8%) e impostos indiretos (8,2%). No entanto, a despeito destas informações os bancos culpam os altos níveis da taxa SELIC, a inadimplência e o compulsório pela existência de *spread* elevado no Brasil. Como indicamos na seção 3.3, ocorreram mudanças significativas na composição do *spread*. A análise da decomposição do *spread* indica-nos que embora a cunha fiscal tenha sido mantida inalterada, a inadimplência tenha registrado um pequeno aumento, as despesas administrativas tenham caído, a margem líquida aumentou de 36% para 40%, o que evidencia a busca de lucros maximizados pelos bancos, que não repassam a redução nos custos administrativos ao tomador final

Como visto em seções anteriores, e encontrado através da pesquisa realizada no site do IDEC, verificou-se que as instituições financeiras não vêm repassando integralmente a queda da taxa básica de juros ao *spread*. Em 2003, houve recuo da SELIC, o compulsório foi reduzido e os índices de *calote* também, mas o *spread* mal recuou, frustrando-se expectativas de níveis mais baixos. Os bancos alegaram que a queda do *spread* depende da retomada do crescimento econômico.

Logo a explicação para níveis tão elevados de *spread* bancário pode ser dada e entendida tão somente pela busca insistente e excessiva dos bancos pela maximização dos seus lucros.

A consequência e implicação social reflete-se no crescimento econômico do país, pois *spreads* elevados acabam restringindo as operações de crédito. É mais vantajoso para os Bancos emprestar a taxas mais elevadas e receber um juro maior, como o empréstimo para o governo, do que desdobrar o crédito para as pessoas que dele necessitam. Como demonstrado em seções anteriores, o grande demandador de recursos financeiros é o governo.

Por outro lado, embora os bancos procurem a maximização de seus lucros, o Governo deve impor restrições e melhorar a forma de concessão do crédito no Brasil, não apenas buscando a redução de custos para os bancos mas atendendo também os interesses de seus clientes. A redução de custos para os bancos pode vir da redução da carga tributária, do nível dos depósitos compulsórios, e da melhoria das informações para diminuição da inadimplência. Resta aos bancos repassarem a redução de custos para os tomadores de empréstimo. Assim, neste sentido, o Governo não deve apenas buscar a diminuição de custos, mas precisa adotar uma postura mais forte, com maiores restrições e supervisão adequada, visando exigências destas transferências de valores para a sociedade.

Para o desenvolvimento econômico do Brasil é necessário que os problemas do mercado de crédito bancário brasileiro sejam resolvidos, ampliando-o para toda a sociedade com custos acessíveis, permitindo a viabilização de forma consistente do crescimento sustentado e estimulando o investimento com a redução do *spread*.

Além da participação do Governo para impor medidas de regulamentação do mercado oligopolista, no caso para a diminuição do *spread*, a sociedade também

precisa estar engajada nesta busca, começando pela escolha adequada e coerente de seus governantes e respectivos programas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASIS, A. **Retorno dos bancos dobrou na era FHC**. Disponível em: <<http://www.austin.com.br/pressrelease.asp?title=Retorno%20dos%20bancos%20do%20brou%20na%20era%20FHC>> Acesso em: 18 jan. 2003.
- BANCÁRIOS DE SÃO PAULO. **Emprego, bem social**. Disponível em: <<http://www.spbancarios.com.br/rb95/rb2.htm>> Acesso em: 25 mai. 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Avaliação de Dois Anos de Projeto**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurosread112001.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2003.
- _____. **Avaliação de Quatro Anos do Projeto**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurosread112003.pdf>> Acesso em: 12 out. 2004.
- _____. **Avaliação de Três Anos do Projeto**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurosread122002.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2003.
- _____. **Avaliação de Um Ano do Projeto**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurosread112000.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2003.
- _____. **Juros e Spread Bancário no Brasil (1999)**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/juros.spread1.pdf>> Acesso em: 07 fev. 2003.
- BANESPA. **Reestruturação do setor bancário brasileiro e a inserção das instituições financeiras espanholas**. Disponível em: <<http://www.comfia.net/actual/banca/banespa/insercao.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2003.
- BARROS, G. Bancos têm rentabilidade recorde em 2002. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 fev. 2003.
- BRAGA, L. **O país dos bancos (2004)**. Disponível em: <<http://www.aconfraria.com.br/laertebraga/laerte//htm>> Acesso em: 25 mai. 2004.
- CANUTO, O. **O Direito dos Juros Altos – Spread Bancário baixo não é questão de tempo, exigindo mudanças legais e judiciais (2000)**. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo128.htm>> Acesso em: 25 mai. 2004.
- CARVALHO, C.E.; OLIVEIRA, G.C. **Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG**. Vol. 12, n 01, jan-jun/2002, p. 70-84.
- CARVALHO, F. C. **Sistema Financeiro (2003)**. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/economia/sistfin/apresent/apresent.htm>> Acesso em: 25 mar. 2003.
- CARVALHO, F. C. et al. **Economia monetária e financeira: teoria e prática**. Rio de Janeiro : Campus, 2000.
- CARVALHO, M.C.; IZAGUIRRE, M. Bancos oficiais ignoram COPOM e reduzem juros. **Jornal Valor Econômico**. 16 jul. 2004.
- CORREIO DA PARAIBA. **Aumento de Lucratividade**. Publicado em 27/06/04, p. E5.

COSTA, A. Mercado de crédito e *spread* bancário no Brasil. **Revista Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, out. 2004.

COSTA, F. N. **Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista**. São Paulo : Makron Books, 1999.

DE PAULA, L.F. **Abrindo a caixa preta do *spread* bancário**. Disponível em: <http://www.desempregozero.org.br/artigos/abrindo_a_caixa_preta_do_spread_bancario.php> Acesso em: 25mai.2004.

DORNBUSCH, R. ; FISCHER, S. **Macroeconomia**. São Paulo: Makron, McGrw-Hill, 1991.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. Rio de Janeiro : Qualitymark Editora, 2001.

GARRIDO, J. **Bancos**. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/vfinanceiro/?show=showmaterial&f=bancos>> Acesso em 16jul.2004.

GUIMARAES. C. B. A indústria pede *spreads* menores para poder crescer. **Jornal Gazeta Mercantil**. Ano LXXXIV, n. 22830. Publicado em: 16/05/04.

IPEA. **Determinantes do *Spread* Bancário**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> Acesso em: 22 jan. 2003.

KASSA, L. Perverso Troféu. **Revista Carta Capital**. São Paulo, 27 nov. 2002.

LOZARDO, E. O Banco Central ataca juros altas com eficiência. Disponível em: <http://www.fgvsp.br/academico/professores/Ernerto_Lozardo/Artigos/Real056.htm> Acesso em: 25mai.2004.

MELLO, P. C. **Empresário volta Artilharia para o Juro Bancário**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>> Acesso em: 07nov.2004.

NETO, A. **Mercado financeiro**. São Paulo : Atlas, 2001.

ONLINE, J. B. **Presidente do Banco Central diz que *spread* bancário é muito alto (2003)**. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/paginas/imprimenoticia.asp?id=1660>> Acesso em: 25mai.2004.

OREIRO, J. L. et al. **Determinantes Macroeconômicos do *Spread* Bancário no Brasil: Teoria e Evidência**. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/determinantes_macroeconomicos.pdf> Acesso em: 07nov.2004.

PEREIRA, R. **Lucro dos três maiores bancos sobe 22,3%**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/economia/noticias/2004/mai/14/17.htm>> Acesso em: 25mai.2004.

PIRES, C. **Empresários pedem a Lula redução do *spread* bancário**. Disponível em: <<http://br.news.yahoo.com/040413/jd3h.html>> Acesso em: 13abr.2004.

POSSAS, M. L. **Estruturas de Mercado em Oligopólio**. São Paulo : Editora Hucitec, 1987.

PRADO, M. **Spread Brasileiro é o Maior do Mundo**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>> Acesso em: 07nov.2004.

PUGA, F.P. **Sistema Financeiro Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial**. 1998. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em: 12out.2004.

RODRIGUES, E. **Nos serviços, o aumento dos lucros**. *Revista Conjuntura econômica*. Rio de Janeiro, nov.2002

SACHS, J. D. S.; LARRAIN, F. ; **Macroeconomia**. São Paulo : Makron Books, 1998.

SANTOS, C.A **Para assessor do SEBRAE, 2004 é o ano do spread bancário (2004)**. Disponível em: <http://asn.interjornal.com.br/site/imprimir_materia.kmf?noticia=1621308> Acesso em 25mai.2004.

SARDENBERG, C.A **O enigma dos juros**. *Revista Exame*. São Paulo. 03 set.2003.

SCHERER, F.M. **Preços industriais: teoria e evidência**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.